DILSON JATAHY FONSECA NETO

Assunção de Dívida e Negócios Jurídicos Afins

Tese de Doutorado

Orientador: Professor Titular Dr. Eduardo Cesar Silveira Vita Marchi

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2018

DILSON JATAHY FONSECA NETO

Assunção de Dívida e Negócios Jurídicos Afins

Tese apresentada a Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Direito Civil, sob a orientação do Professor Titular Dr. Eduardo Cesar Silveira Vita Marchi.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2018

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Fonseca Neto, Dilson Jatahy

Assunção de Dívida e Negócios Jurídicos Afins / Dilson Jatahy Fonseca Neto ;
orientador Eduardo Cesar Silveira Vita Marchi -- São Paulo, 2018.
315 p.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Direito Civil) - Faculdade de
Direito, Universidade de São Paulo, 2018.

1. Transmissão das obrigações. 2. Cessão contratual. 3. Assunção de dívida. 4.
Cessão de débito. I. Marchi, Eduardo Cesar Silveira Vita, orient. II. Título.

Nome: FONSECA NETO, Dilson Jatahy

Título: Assunção de Dívida e Negócios Jurídicos Afins

Tese apresentada a Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Direito Civil, sob a orientação do Professor Titular Dr. Eduardo Cesar Silveira Vita Marchi.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

RESUMO

Dilson Jatahy Fonseca Neto. Assunção de Dívida e negócios jurídicos afins. 2018. 315 laudas. Doutorado – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Assunção de dívida é um instituto de grande utilidade nas relações econômicas, viabilizando a circulação de riquezas pela substituição do devedor. Um dos exemplos mais marcantes da sua aplicação prática é a aquisição de imóvel hipotecado associada à assunção da dívida garantida pelo imóvel. Entretanto, é comum confundir o instituto com negócios jurídicos afins, como a promessa de liberação, a estipulação em favor de terceiro e sobretudo a adjunção na dívida, além de outros institutos próximos. Nessa tese, busca-se diferenciar essas hipóteses. Para tanto, preliminarmente, apresentam-se algumas noções gerais sobre a questão, delimitando a viabilidade da sucessão singular na dívida dentro dos conceitos de relação jurídica, de patrimônio e de sucessão; ainda, discorre-se sobre a história da noção de transferência da dívida e sobre o tratamento da questão em outros ordenamentos. Estabelecidas essas premissas, passa-se ao estudo da assunção de dívida em si mesma, suas regras e requisitos, bem como a análise específica da legislação brasileira. Enfim, alcançando o tema principal, a presente tese desenvolve uma análise distintiva entre a assunção de dívida e os negócios jurídicos afins. Especificamente, estudam-se a (1) assinação; (2) promessa de liberação; (3) estipulação em favor de terceiro; (4) adjunção na dívida; (5) novação; (6) cessão de contrato e (7) cessão de crédito.

Palavras-chave: assunção de dívida, assinação, promessa de liberação, estipulação em favor de terceiro, adjunção na dívida, novação, cessão de contrato e cessão de crédito.

ABSTRACT

Dilson Jatahy Fonseca Neto. Debt assumption and related legal institutes. 2018. 315 pages.
Doctorate – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2018.

Debt assumption is an institute with great utility in economics relations, enabling a circulation of wealth through the substitution of the debtor. One of the most remarkable examples of its practical application is the acquisition of mortgaged real estate associated with assumption of the debt guaranteed by the property. However, it is common to confuse this legal institute with related legal transactions, such as the obligation to perform, the stipulation in favour of a third party, and above all the joint liability, besides as well as other nearby institutes. This thesis aims to differentiate these hypotheses. Therefore, preliminarily, some general notions on the subject are presented, delimiting the viability of the singular succession in the debt within the concepts of legal relationship, patrimony and succession; furthermore, the history of the notion of debt transfer and the treatment of the issue in other legal systems. Having established these premises, the study proceeds to focus on the debt assumption itself, its rules and requirements, as well as the specific analysis of Brazilian legislation. Finally, reaching the main theme, the present thesis develops a distinctive analysis between the debt assumption and related legal transactions. Specifically, are studied (1) instruction; (2) an obligation to perform; (3) stipulation in favour of third party; (4) joint liability; (5) novation; (6) assignment of contract and (7) assignment of claims.

Keywords: debt assumption, instruction, obligation to perform, stipulation in favour of third party, joint liability, novation, assignment of contract and assignment of claims.

RIASSUNTO

Dilson Jatahy Fonseca Neto. Assunzione di debito e fattispecie collegati. 2018. 315 pagine.
Dottorato – Facoltà di Giurisprudenza, Università di São Paulo, São Paulo, 2018.

L'assunzione di debito è un istituto molto utile nei rapporti economici, dato che permette la circolazione della ricchezza attraverso la sostituzione del debitore. Uno degli esempi più rilevanti della sua applicazione pratica è l'acquisizione dell'immobile ipotecato associata all'assunzione del debito garantito dall'immobile stesso. Tuttavia, è frequente confondere l'assunzione di debito con delle fattispecie affini, come la promessa di liberazione, il contratto a favore di terzi e in particolare l'aggiunta di debito, oltre ad altri istituti vicini. In questo lavoro, si è cercato di distinguere queste ipotesi. A tal fine, preliminarmente, vengono presentate alcune nozioni generali sull'argomento, in modo da delimitare la fattibilità della successione singolare nel debito all'interno dei concetti di relazione giuridica, di patrimonio e di successione; inoltre, viene messa a fuoco la storia della nozione di trasferimento del debito e l'analisi della questione in altre giurisdizioni. Avendo stabilito queste premesse, si è proceduto allo studio dell'assunzione del debito medesimo, le sue regole e requisiti, nonché l'analisi specifica della legislazione brasiliana. Infine, raggiungendo il tema principale, questa tesi sviluppa un'analisi distintiva tra l'assunzione di debito e le fattispecie collegati. In particolar modo, (1) assegnazione di pagamento; (2) promessa di liberazione; (3) contratto a favore di terzi; (4) cumulazione di debitore; (5) novazione; (6) cessione del contratto e (7) cessione del credito.

Parole chiave: assunzione di debito, assegnazione di pagamento, promessa di liberazione, contratto a favore di terzi, cumulazione di debitore, novazione, cessione del contratto e cessione del credito.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALR = "*Allgemeines Landrecht für die Preußischen Staaten*", o Código geral de direito da terra da Prússia.

BGB = "*Bürgerliches Gesetzbuch*", o Código Civil da Alemanha.

ABGB = "*Allgemeines bürgerliches Gesetzbuch*", o Código Geral Civil da Áustria.

CC = Código Civil.

CC/1916 = Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, denominada Código Civil, revogado;

CC/2002 = Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, denominada Código Civil (do Brasil);

CC/francês = Código Civil francês, com alterações posteriores a 2016, salvo referência expressa à legislação anterior.

CC/espanhol = Código Civil espanhol.

CC/italiano = Código Civil italiano.

CC/português = Código Civil português.

CCQ = Código Civil de Quebec de 1991.

CCyC = Código Civil e Comercial da Argentina.

CCom = Lei nº 556, de 25 de junho de 1850, denominada Código Comercial (do Brasil), parcialmente revogada pelo CC/2002;

CJF = Conselho da Justiça Federal (do Brasil)

CPC/1973 = Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, denominada Código de Processo Civil, revogada pelo CPC/2015.

CPC/2015 = Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, denominada Código de Processo Civil, que revogou o CPC/1973.

D. = Digesto

Digesto IV = *IV Digesto delle discipline privatistiche – sezione civile* (Torino)

ED = *Enciclopedia del diritto* (Milano)

Enc. giur. = *Enciclopedia Giuridica Treccani* (Roma)

Gai. = *Institutas de Gaio*

Inst. = *Institutas de Justiniano*

IURA = *IURA – Rivista internazionale di diritto romano e antico* (Napoli)

NDI = *Nuovo Digesto Italiano* (Torino)

NNDI = *Novissimo Digesto Italiano* (Torino)

RT = *Revista dos Tribunais*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
<i>Delimitação do Tema</i>	18
<i>Exposição estruturada da tese</i>	19
CAPÍTULO 1: DAS NOÇÕES GERAIS	23
<i>1.1 – Relação jurídica</i>	23
<i>1.2 – Patrimônio</i>	27
<i>1.3 – Sucessão</i>	31
<i>1.4 – Assunção de dívida e o pagamento</i>	34
<i>1.5 – Levantamento histórico</i>	36
<i>1.5.1. Direito romano</i>	40
<i>1.5.2. Direito intermédio</i>	53
<i>1.5.3. Direito moderno e contemporâneo</i>	54.
<i>1.5.4. Assunção de dívida antes do CC/2002</i>	56
<i>1.6 – Levantamento do direito estrangeiro</i>	70
<i>1.6.1. Legislação alemã</i>	70
<i>1.6.2. Legislação suíça</i>	72
<i>1.6.3. Legislação austríaca</i>	75
<i>1.6.4. Legislação chinesa</i>	77
<i>1.6.5. Legislação italiana</i>	80
<i>1.6.6. Legislação portuguesa</i>	84
<i>1.6.7. Legislação argentina</i>	87
<i>1.6.8. Legislação espanhola</i>	88
<i>1.6.9. Legislação francesa</i>	89
<i>1.6.10. Outros ordenamentos</i>	93
CAPÍTULO 2: DA ASSUNÇÃO DE DÍVIDA	97
<i>2.1 – Definição</i>	97
<i>2.1.1. Natureza jurídica da assunção de dívida</i>	100
<i>2.1.2. Negócio abstrato</i>	103
<i>2.2 – Nomenclatura</i>	104
<i>2.3 – Requisitos</i>	108
<i>2.3.1. Capacidade das partes</i>	108
<i>2.3.2. Forma</i>	109

2.3.3. Objeto da assunção de dívida ou a dívida assumível	109
2.3.4. Consentimento do assuntor	120
2.3.5. Consentimento do credor	121
2.4 – Relação entre as partes	127
2.4.1. Relação entre devedor primitivo e credor	127
2.4.2. Relação entre assuntor e credor	128
2.4.3. Relação entre devedor primitivo e assuntor	128
2.5 – Estruturas negociais da assunção de dívida	131
2.5.1. Delegação	132
2.5.2. Expromissão	136
2.5.3. “Accollo”	143
2.5.4. A assunção de débito e a sucessão singular legal e judicial no débito	147
2.6 – Efeitos da assunção de dívida	148
2.7 – Defesas do assuntor	152
2.7.1. Defesas oponíveis pelo assuntor	153
2.7.2. Defesas inoponíveis pelo assuntor	155
2.8 – Direito Brasileiro	156
2.8.1. O art. 299 do CC/2002 – definição e requisitos da assunção de dívida	162
2.8.2. O parágrafo único do art. 299 do CC/2002 – notificação	169
2.8.3. O art. 300 do CC/2002 – do tratamento das garantias	171
2.8.4. O art. 301 do CC/2002 – anulação da assunção de dívida	176
2.8.5. O art. 302 do CC/2002 – exceções oponíveis	180
2.8.6. O art. 303 – assunção de dívida e o imóvel hipotecado	183

CAPÍTULO 3: DISTINÇÃO EM RELAÇÃO A NEGÓCIOS JURÍDICOS AFINS

	199
3.1 – Assinação	200
3.1.1. Abstração e relação entre as partes	206
3.1.2. Aceite e adimplemento	211
3.1.3. Assinação x outros institutos	213
3.1.4. Distinção entre a assunção de dívida e a assinação	216
3.2 – Promessa de liberação	217
3.2.1. Nomenclatura e distinções de espécies	220
3.2.2. Distinção entre a assunção de dívida e a promessa de liberação	222
3.3 – Estipulação em favor de terceiro	223

3.3.1. <i>O terceiro em relação à estipulação</i>	225
3.3.2. <i>Distinção entre estipulação em favor de terceiro e a promessa de liberação</i>	227
3.3.3. <i>Distinção entre a assunção de dívida e a estipulação em favor de terceiro</i>	228
3.4 – Adjunção na dívida	232
3.4.1. <i>Nomenclatura</i>	233
3.4.2. <i>Estruturas negociais da adjunção de dívida</i>	234
3.4.3. <i>Requisitos</i>	235
3.4.4. <i>Defesas oponíveis</i>	238
3.4.5. <i>Efeitos da adjunção à dívida: solidariedade ou subsidiariedade</i>	238
3.4.6. <i>Distinção em relação a outros institutos</i>	240
3.4.7. <i>Distinção em relação à assunção de dívida</i>	244
3.5 – Novação	246
3.5.1. <i>A novação subjetiva passiva</i>	250
3.5.2. <i>Distinção em relação a institutos jurídicos próximos</i>	252
3.5.3. <i>Distinção entre a assunção de dívida e a novação</i>	254
3.5.4. <i>Continuidade da relevância da novação</i>	257
3.6 – Cessão de contrato	263
3.6.1. <i>Definições</i>	268
3.6.2. <i>Efeitos</i>	270
3.6.3. <i>Distinção entre a assunção de dívida e a cessão de contrato</i>	270
3.7 – Cessão de crédito	274
CONCLUSÕES	279
BIBLIOGRAFIA	295

INTRODUÇÃO*

A transmissão de obrigações é essencial para o desenvolvimento da economia. Trata-se de fato jurídico de extrema utilidade, permitindo a circulação de riquezas seja pela transferência de créditos, seja de débitos, seja ainda de relações jurídicas complexas. Nesse gênero de transmissão das obrigações podem ser enumeradas a assunção de dívida, a cessão de crédito e a cessão de contrato.

Já nos tempos antigos, os romanos perceberam que os créditos podiam ser negociados, sendo equiparável à noção *merx*². Inclusive, com seu avançado sistema bancário, desenvolveram formas bastante interessantes de possibilitar a circulação de tais riquezas, mesmo em grandes distâncias³.

A transferência do débito, entretanto, sofreu maior resistência na sociedade ocidental. Talvez em função de o patrimônio do devedor configurar garantia geral para o credor, a despeito da “despersonalização” das obrigações, apenas em meados do século XIX é que a assunção de dívida começou a ser discutida. E, mesmo com a sua regulamentação em diversos países, muitos autores defenderam que a sucessão singular no débito dependia de autorização legal, não sendo suficiente a autonomia privada.

Seja como for, não há nenhuma regra lógica pela qual as pessoas que compuseram uma obrigação serão, necessariamente, as que verão o adimplemento do crédito. Pelo contrário, plausível reconhecer que a pessoa que figurou como devedor original, em muitas

* Visando manter uma homogeneidade na metodologia de citação e buscando respeitar os princípios gerais da compacidade, suficiência e visibilidade, adota-se neste trabalho a metodologia de citação ítalo-francesa, apresentada pela obra E. C. SILVEIRA MARCHI, *Guia de Metodologia Jurídica – Teses, Monografias e Artigos*, 3ª ed., São Paulo, YK, 2017, p. 170. Esclarece-se: ao apresentar citações bibliográficas, serão indicados apenas a primeira letra do prenome, seguida do sobrenome do autor em versalete, do título da obra em itálico, da edição, da cidade onde foi publicada a obra, da editora, do ano e da página. Exemplo é a citação feita acima da obra de metodologia que se seguirá. Tratando-se de artigo, adota-se solução similar; porém, em vez de indicar a cidade e editora, anotar-se-ão o nome da revista, seguido do volume e da data em que foi publicado. Ainda, caso se trate de capítulo em livro com diversos autores, então indicar-se-á o autor do capítulo, seguido do título do capítulo, acrescido da partícula “in” e emtão os demais elementos do livro, tal como citado acima. Sendo a mesma obra citada mais de uma vez, apontar-se-ão apenas o nome do autor e o início do título da obra de sorte a permitir que o leitor identifique a obra citada. Em seguida, entre parêntesis, será apontado o número da primeira nota de rodapé em que a obra é citada. Busca-se, dessarte, evitar a contínua citação completa da obra ao mesmo tempo em que se oferta ao leitor a facilidade de encontrá-la, caso queira. Por exemplo, supondo que a obra de metodologia fosse citada novamente em outra parte desse trabalho, restringir-se-ia a referência a: E. C. SILVEIRA MARCHI, *Guia de metodologia* (nota * supra), p. 170.

² Cf. A. GUARINO, *Diritto privato romano*, 12ª ed., Napoli, Jovene, 2001, p. 820 e E. C. SILVEIRA MARCHI, *Premissas Propedêuticas em Tema de Assunção de Dívida no Direito Romano e no Direito Moderno*, in R. DE MELLO JORGE SILVEIRA e M. GAMA DE MAGALHÃES GOMES (org.), *Estudos em homenagem a Ivette Senise Ferreira*, São Paulo, LiberArs, 2015, p. 144.

³ Exemplo é a forma como Cícero enviava recursos para seu filho enquanto este estudava em Atenas. Vide breves comentários na nota 77, abaixo.

ocasiões, não manterá o seu posto até o tempo do adimplemento da prestação. Em suma, entende-se que tanto o crédito quanto o débito podem ser transmitidos, uma vez que são elementos constitutivos do patrimônio do credor e do devedor, respectivamente.

Desde já, impende registrar que a substituição do devedor não pode ser confundida com o pagamento por terceiro. Neste caso, há efetivo adimplemento da obrigação, satisfação do crédito, que se extingue definitivamente. Naquele, a dívida perdura; substitui-se o devedor, mas o adimplemento da prestação será no futuro.

Em que pese pareça ser instituto menos utilizado na prática do que a cessão de crédito, a assunção de dívida é, na verdade, extremamente comum. Exemplo claro é a utilização desse instituto *solvendi causa*, como na hipótese de compra e venda em que o comprador assume dívidas do vendedor como forma de “pagar” o preço. Tal operação é corriqueira não apenas nos casos de aquisição de imóvel hipotecado (o que justificou o art. 303 do CC/2002), mas também em operações comerciais de aquisição e de alienação de ativos, por exemplo.

Imagine-se que uma empresa deseja alienar parte de seus ativos com o objetivo de obter fundos para reduzir seu endividamento. Conhecendo o objetivo do alienante, uma pessoa interessada em adquirir alguns desses ativos propõe “pagar” o preço assumindo suas dívidas. Há vantagens para todas as partes: o vendedor exonera-se de suas dívidas; o comprador obtém mais prazo para pagar o valor; o credor substitui um devedor por outro, em melhores condições econômicas. No final das contas, há circulação de riquezas sem efetiva transferência de recursos⁴.

⁴ Cf. ANBIMA (*Fusões e Aquisições*, in Boletim Anbima 26 (2017), p. 2, disponível em http://www.anbima.com.br/data/files/BB/84/F3/63/CD7DA510D976ECA569A80AC2/Boletim_MA_Ano_2017.pdf [01-01-2018]), a assunção de dívida representou 10,8% do total dos pagamentos efetuados em operações de fusões e aquisições em 2016, atrás de pagamento em dinheiro (77%) e de troca de ações (11,3%), mas muito superior a entrega de ativos.

Efetivamente, diversos casos concretos podem ser observados na leitura diária de jornais direcionados à economia e ao empreendedorismo. Uma empresa, por exemplo, vendeu um estabelecimento em negócio no qual foram pagos US\$ 30 milhões em dinheiro e foram assumidas dívidas no montante de US\$ 177 milhões (A. MATTOS, *JHSF vende por R\$ 450 milhões ativo negociado com o controlador*, in Valor Econômico, 08-06-2016, p. B5, disponível em <http://www.valor.com.br/empresas/4592889/jhsf-vende-por-r-450-milhoes-ativo-negociado-com-o-controlador> [08-06-2016]). Mais recentemente, o mesmo jornal também noticiou a alienação de empresas de maneira similar: foram pagos € 1,26 bilhões em espécie, além de assunção de dívidas em montante de € 300 milhões (P. SELMI, *Thyssenkrupp fecha acordo para vender CSA para Ternium*, in Valor Econômico, 21-02-2017, disponível em <http://www.valor.com.br/empresas/4877232/thyssenkrupp-fecha-acordo-para-vender-csa-para-ternium> [01-01-2018]); e preço em R\$ 83,3 milhões, sendo R\$ 37,3 milhões pagos em dinheiro e assunção de R\$ 46 milhões em dívida (T. CARRANÇA, *Aliansce amplia participação em 2 shoppings de Belém*, in Valor Econômico, 03-02-2017, disponível em <http://www.valor.com.br/empresas/4858696/aliansce-amplia-participacoes-em-2-shoppings-de-belem> [01-01-2018]). Caso curioso foi noticiado em outro jornal: desejando alienar determinada empresa (pessoa jurídica), o vendedor assumiu ele próprio as suas dívidas de sorte a garantir, ao adquirente, que a empresa não

Em julgamento recente, o STJ entendeu que ocorreu situação similar à descrita acima. A lide envolvia a comissão de corretagem em caso de imóvel adquirido em stand de vendas, com corretores selecionados pelo vendedor. Reconhecendo a legalidade da cláusula que atribuía ao comprador a responsabilidade pelo pagamento, o tribunal entendeu que havia hipótese de assunção de dívida. Em outras palavras, o comprador assumia a dívida de corretagem como parte do preço do imóvel, o qual, inclusive, não poderia ser apresentado ao comprador deduzido desse montante⁵.

Outrossim, a assunção de dívida não se limita às relações civis e comerciais. Também tem grande utilidade em outras áreas, como no direito tributário e no direito administrativo-financeiro. Exemplo interessante ocorre quando, por exemplo, a União assume dívidas dos Estados⁶, visando reestruturar as finanças públicas destes entes federativos. Já no direito tributário, não apenas foi instrumento de cobranças no passado⁷ como, nos dias atuais, até para possibilitar a reorganização financeira dos contribuintes e

teria passivos relevantes e, assim, aumentar o número de interessados (AGÊNCIA ESTADO, *Fazenda avaliza contrato que transfere dívida da Celgpar para Goiás*, in *Jornal Estado de Minas*, 29-07-2016, disponível em https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2016/07/29/internas_economia,789077/fazenda-avaliza-contrato-que-transfere-divida-da-celgpar-par.shtml [01-01-2018]).

⁵ Cf. REsp 1599511/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/08/2016, DJe 06/09/2016. Inclusive, em função desse julgamento consolidou-se a seguinte tese de recurso repetitivo: “Validade da cláusula contratual que transfere ao promitente-comprador a obrigação de pagar a comissão de corretagem nos contratos de promessa de compra e venda de unidade autônoma em regime de incorporação imobiliária, desde que previamente informado o preço total da aquisição da unidade autônoma, com o destaque do valor da comissão de corretagem; (vide REsp n. 1.599.511/SP)”

⁶ Por exemplo a Lei nº 9.496, de 11-09-1997, que “Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.” e Medida Provisória nº 2.185-35, de 24-08-2001, que “Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Municípios.”

⁷ Cf. B. WHEELER, *Assingment (Hawāla)*, in *The Oxford International Encyclopedia of Legal History*, vol. 1, New York, Oxford University, 2009, p. 229) na história do Islã, diversos Estados se utilizaram do *hawāla* como instrumento de tributação. O pagamento do tributo era feito por meio da assunção de dívida perante o Estado por um recolhedor de impostos, de forma a evitar o transporte de recursos. Sobre a *hawāla* vide o tópico 1.5 – Levantamento histórico. Ainda nessa linha, no Ilcanato, o sistema foi invertido, passando a ser utilizado o *iqtā*. Neste, um particular recebia do estado o poder de cobrar tributos sobre determinada região para, com esses recursos, quitar o crédito que tinha contra o Estado. Cf. ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA (*Il-Khanid dynasty*, disponível em <https://www.britannica.com/topic/Il-Khanid-dynasty> [01/01/2018]), o Ilcanato foi uma dinastia formada por um dos netos de Genghis Khan na região do Irã em 1256 e que durou até 1335. Nascido como um Estado subordinado ao império mongol, eventualmente perdeu o contato com os chefes chineses, se tornando totalmente independente e se convertendo ao islã. Já S. YALMAN (*Based on original work by Linda Komaroff. “The Art of the Ilkhanid Period (1256–1353).”*, In *Heilbrunn Timeline of Art History*, New York: The Metropolitan Museum of Art, 2000, disponível em http://www.metmuseum.org/toah/hd/ilkh/hd_ilkh.htm [01/01/2018]) anota que, após a conversão dos governantes ao Islamismo, houve um forte renascimento cultural nesse Estado, especialmente em decorrência da influência da Ásia oriental à cultura islâmica e pérsia.

maximizar a arrecadação, tem se cogitado a efetiva transferência de dívidas de um sujeito passivo para outro⁸.

Delimitação do Tema

Nas páginas acima, discorreu-se sobre a relevância do desenvolvimento de institutos que permitem a substituição das pessoas que ocupam as posições de credor e de devedor nas relações jurídicas, sem a extinção destas. Impende, doravante, focar na delimitação do tema que se deseja estudar.

A assunção de dívida é o negócio jurídico pelo qual uma pessoa sucede outra no polo passivo de uma relação obrigacional. Essa *fattispecie* tem diversas particularidades, sendo muitos os problemas que merecem ser estudados de forma aprofundada. Apenas para citar alguns, merece tese exclusiva o estudo do consentimento do credor, especificamente no tocante ao consentimento tácito e ao comportamento concludente; também, as consequências em relação às garantias especiais dadas pelo terceiro assuntor em favor do devedor primitivo (antes de qualquer negócio tendentes à assunção de dívida), bem como das garantias do

⁸ É o caso do Projeto de Lei Complementar nº 237, de 09-03-2005 (disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=277833> [04/12/2017]). Esse PLC tinha como objeto permitir que o sócio assumisse as dívidas tributárias das micro e pequenas empresas, viabilizando, em última análise, o encerramento delas. Exigia-se a oferta de garantia suficiente para a aceitação pelo credor (não apenas a União, mas também os Estados, o Distrito Federal e os Municípios). Como efeito natural, o art. 3º do PLC esclarecia que “Consumada a transferência dos débitos para o nome do sócio requerente, fica excluída qualquer responsabilidade da micro empresa ou da pequena empresa, relativamente ao pagamento dos débitos referidos”. Em que pese tenha recebido pareceres favoráveis, o projeto acabou sendo arquivado em função do art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Também o Código Tributário e de Rendas do Município do Salvador (CTRMS), Lei Municipal de Salvador nº 7.186/2006 (disponível em <http://www.sefaz.salvador.ba.gov.br/Documento/ObterArquivo/131> [03-01-2018]), nos arts. 10 e 11, §3º, admita a “assunção de dívida” tributária alheia. Contudo, apesar de fazer expressamente menção à “assunção de dívida” e mesmo ao art. 299 do CC/2002, utilizava tal expressão de forma atécnica, declarando que haveria responsabilidade solidária do terceiro-entrante. Outrossim, inclusive fazia referência a um inciso I do art. 299, norma essa que não tem incisos. De qualquer sorte, Decreto Municipal de Salvador nº 24.260, de 17 de setembro de 2013, estabeleceu, em seu Anexo II, a forma do “Instrumento de Assunção de Débito e Declaração de Posse com Compromisso de Pagamento Parcelado”, expressamente afirmando que não haveria novação. Observa-se, entretanto, que o CTRMS foi alterado pela Lei Municipal de Salvador nº 8.422/2013, retirando as referências à assunção de dívida, passando os arts. 10 e 11 a tratar simplesmente dos parcelamentos tributários.

É interessante citar ainda a legislação portuguesa. Cf. A. FERRAZ (*Algumas questões desportivo-tributárias dirimidas pelos tribunais no decurso da última década*, in GLÓRIA TEIXEIRA (coord.), *III Congresso de Direito Fiscal*, Porto, Vida Econômica, 2013, p. 86 e nt. 124), o Código de Processo Tributário (CPT), em seu art. 111, nº 1, posteriormente alterado para o art. 91, nº 1, do CPPT, e a Lei Geral Tributária (LGT), em seu artigo 41, nº 1, reconhecem a possibilidade de ocorrer assunção de dívidas, inclusive débitos tributários, nos termos do art. 595 do CC/português, assim como no art. 7º do Decreto-Lei nº 124/96. Entretanto, é relevante levar em consideração que esse art. 595 trata não só da assunção de dívida, mas também da adjunção na dívida (cumulação). Logo, não necessariamente é admitida ali a verdadeira sucessão singular no débito.

devedor primitivo, potencialmente diferenciando as hipóteses de delegação e de expromissão.

Salta aos olhos, contudo, a diferenciação da assunção de dívida em relação a institutos jurídicos afins.

A assunção de dívida é instituto relativamente novo e, portanto, ainda se encontra em pleno desenvolvimento. Tanto assim que apenas no ano de 2016 a França finalmente o regulamentou de forma expressa em seu CC. Talvez por isso, costuma ser confundida com diversos institutos jurídicos.

Acontece que esse tratamento indistinto é perigoso. Mesmo tendo certa proximidade econômica, ou mesmo sendo possível fazer certas analogias, cada instituto jurídico tem seus próprios requisitos e, principalmente, suas próprias consequências jurídicas.

Efetivamente, é comum confundir a assunção de dívida com a novação subjetiva passiva. Como será demonstrado, em que pese ambos levem à substituição da pessoa responsável pelo adimplemento da prestação, suas consequências são profundamente divergentes. Basta destacar que nesta extinguem-se as defesas decorrentes da relação original, enquanto naquela essas exceções são mantidas.

No mesmo sentido, é comum classificar a adjunção na dívida como uma “espécie” de assunção de dívida. Esses institutos, entretanto, são tão ou mais diferentes quanto esta é em relação à novação. É suficiente registrar que nem todas as dívidas passíveis de adjunção podem ser assumidas. Igualmente, havendo mera cumulação, não há extinção das garantias, mas essa é a consequência natural na assunção de dívida.

Diante dessa confusão, o objetivo da tese é distinguir a assunção de dívida desses negócios jurídicos afins. Esse é o problema: a assunção de dívida pode ser distinguida de negócios jurídicos afins, especificamente a assinatura, a promessa de liberação, a estipulação em favor de terceiro, a adjunção na dívida, a novação, a cessão de contrato e a cessão de crédito? E a conclusão foi: sim, não apenas é possível, como verdadeiramente é necessário, proceder tal distinção.

Exposição estruturada da tese

Diante do problema identificado acima, a tese se divide em três capítulos.

No primeiro, apresentam-se noções gerais. Especificamente, discorre-se sobre a relação jurídica, o patrimônio e a sucessão, buscando assim demonstrar a viabilidade da

assunção de dívida em si mesma. Outrossim, incluem-se algumas notas distintivas em relação ao pagamento, bem como de levantamento histórico e de direito estrangeiro. Busca-se, dessa forma, demonstrar a evolução do instituto no sistema romano-germânico e especialmente no direito brasileiro, e ainda o estado da regulamentação no restante do mundo. O objetivo é estabelecer os fundamentos sobre os quais se constrói a tese.

No segundo capítulo, apresentam-se as noções concretas da assunção de dívida. Em outras palavras, discorre-se sobre a sua definição, a melhor nomenclatura, os seus requisitos, as relações entre as partes, as estruturas negociais (delegação, expromissão e *accollo*), os seus efeitos e as defesas disponíveis ao assuntor. Também, estuda-se concretamente a legislação brasileira, tecendo breves anotações sobre os regramentos estabelecidos nos arts. 299 a 303 do CC/2002. O objetivo é conhecer a *fattispecie*, bem delimitando seus elementos mínimos.

No terceiro capítulo, enfim, passa-se ao labor de distinguir a assunção de dívida dos negócios jurídicos afins.

O esforço é desenvolvido, primeiro, pela construção de breves traços de definição dos institutos comparados, apresentando seus requisitos e consequências. Desde já se ressalva que esse trabalho não tem por objetivo ser exaustivo, o que fugiria ao escopo da presente tese. Apresentam-se, em verdade, apenas algumas notas suficientes para fundamentar o trabalho de comparação.

Ato contínuo, passa-se à comparação dos negócios jurídicos com a assunção de dívida. Apresentam-se as similitudes para, então, discorrer sobre as distinções. E, dessa forma, demonstrar a razão pela qual não podem ser confundidas.

A ordem como este terceiro capítulo foi desenvolvido não é aleatória. Pelo contrário, buscou-se construir uma “escada” até a assunção de dívida, partindo do instituto que tem a menor para o que tem a maior vinculação do terceiro com o credor. Assim, o primeiro é a assinação, o seguido da promessa de liberação, da estipulação em favor de terceiro e da adjunção na dívida. Naquele não há nenhuma obrigação do terceiro; neste, o terceiro se torna devedor ao lado do devedor primitivo.

Em sequência, discorre-se sobre a novação subjetiva passiva, a cessão de contrato e a cessão de crédito. Na novação as partes “vão mais longe” do que na assunção de dívida, uma vez que não apenas substituem a pessoa responsável pelo adimplemento da prestação como o fazem por meio da ruptura da relação jurídica. Na cessão de contrato, o terceiro entra em uma relação jurídica complexa, e não apenas em uma relação jurídica

simples de débito. Já na cessão de crédito, substitui-se o sujeito ativo e não o passivo, porém, ainda assim é corriqueira a realização de analogia entes essas hipóteses. Em outras palavras, esses negócios não compõem, propriamente dito, a referida “escada”, sendo paralelos à assunção de dívida.

Por fim, reúnem-se as conclusões alcançadas ao longo do trabalho. Assim, apresentam-se as premissas adotadas nas noções gerais e as posições defendidas na definição da *fattispecie*. Mais relevantemente, compilam-se as principais distinções entre a assunção de dívida e os negócios jurídicos afins.

CONCLUSÕES

Diante de tudo quanto exposto ao longo dessa tese, é possível concluir que a assunção de dívida é *fattispecie* próxima de diversos negócios jurídicos. Essa aproximação é observada em função de certas características, como a atribuição a outrem do ônus de adimplir o débito do devedor ou a modificação da obrigação. Ainda assim, é possível e necessário distingui-la desses outros institutos, uma vez que se identificam particularidades em cada caso.

Apresentam-se, a seguir, as conclusões alcançadas ao longo desse trabalho. Especificamente, destacam-se as diferenças entre esses institutos de forma individualizada. Antes, porém, resumem-se as premissas e conclusões tomadas tanto no levantamento das noções gerais quanto da própria definição e delimitação da assunção de dívida. Somente com base na adequada descrição deste negócio jurídico é que se pode compará-lo com os institutos próximos.

Essas conclusões foram estruturadas em lista numérica, sendo que a sequência acompanha os capítulos da tese, bem como suas subdivisões. Buscou-se, assim, organizar a forma como as conclusões são expostas, conduzindo o raciocínio com base nas premissas estabelecidas. Principalmente, almejou-se facilitar a localização na tese dos fundamentos que levaram a cada conclusão. Passa-se às conclusões propriamente ditas:

1. O primeiro capítulo, tratou de temas preliminares. O objetivo foi estabelecer premissas sobre as quais construir a definição da assunção de dívida, bem como para conhecer o seu desenvolvimento até o presente. Especificamente, discorreu-se sobre noções básicas de relação jurídicas, de patrimônio e do conceito de sucessão. Também, foram feitos um levantamento histórico e um apanhado sobre a regulamentação do instituto em outros países.

1.1. Relação jurídica é o vínculo entre duas pessoas, com relevância para a esfera do direito. Especialmente relevante é a relação jurídica que tem por objeto uma prestação, figurando uma das partes como credor e outra como devedor. Em que pese algumas relações jurídicas sejam incindíveis, concluiu-se que outras são passíveis de serem desvinculadas dos seus sujeitos, inclusive de transferência para outras pessoas sem perder sua integridade.

1.2. Patrimônio é uma universalidade de direito que abarca todo o complexo de relações jurídicas economicamente avaliáveis de determinada pessoa.

1.2.1. Considerando esse conceito geral de patrimônio, e considerando ainda que a pessoa pode ser tanto sujeito ativo quanto passivo das relações jurídicas, é imperioso concluir que as dívidas compõem o patrimônio da pessoa, assim como os créditos e os direitos reais.

1.2.2. Admite-se, entretanto, que o patrimônio pode ser analisado sob determinados ângulos. São exemplos as hipóteses do patrimônio bruto e o patrimônio líquido. Nesses conceitos, a dívida ou será desconsiderada ou será computada apenas reduzir o ativo. Ainda assim, não se pode confundir esses pontos de observação com o próprio instituto em sua integralidade.

1.3. Sucessão é a transferência de uma relação jurídica de um patrimônio para outro; é a substituição de um dos polos da relação jurídica.

1.3.1. Pode ocorrer *mortis causa*, mas também pode ocorrer por ato *inter vivos*; nesta hipótese, pode ser tanto universal quanto singular, e sendo singular, pode ser tanto ativa quanto passiva. Enfim, a sucessão pode decorrer ainda da vontade das partes, bem como da Lei ou de decisão judicial.

1.3.2. Assunção de dívida é, nesse contexto, a sucessão singular negocial da dívida; em outras palavras, uma sucessão *inter vivos*, a título singular, por acordo de vontade entre as partes.

1.4. Ainda nesse escopo preliminar, apresentaram-se algumas observações em relação ao pagamento, para evitar quaisquer confusões.

1.5. Historicamente, a assunção de dívida é instituto recente, remontando os primeiros trabalhos sobre a *fattispecie* à segunda metade do século XIX. Ainda assim, devido à relevância social e à necessidade prática de fazer circular as obrigações, é possível identificar noções próximas também no direito islâmico e no direito judaico.

1.5.1. Já no direito romano, que mais influenciou o direito brasileiro, os jurisconsultos utilizaram-se de instrumentos indiretos para alcançar resultado próximo.

1.5.1.1. A *procuratio in rem suam* foi instrumento relevante; porém, quanto aos resultados, mais se aproxima da promessa de liberação.

1.5.1.2. Economicamente, a *novatio* alcançou resultado muito mais próximo da assunção de dívida, vez que efetivamente transformava o terceiro em devedor; obviamente, distinguia-se pelo fato de que implicada a extinção da obrigação original.

1.5.1.3. Chamou atenção a constatação de que os jurisconsultos já intuía, ainda que não tenham tratado de maneira expressa, a distinção entre um negócio realizado por delegação e outro, realizado por expromissão.

1.5.2. Não se encontrou especial desenvolvimento da matéria no direito medieval, porém já no século XIX a assunção de dívida se tornou tema de relevantes discussões. De uma maneira ou de outra, já no final desse século diversas Lei esparsas e projetos de codificação trataram da matéria, até que o BGB finalmente a sedimentou, sendo então seguido por diversos outros países.

1.5.3. No Brasil, a assunção de dívida só foi regulamentada em detalhes pelo CC/2002. Contudo, é possível encontrar diversas referências à transferência da dívida, independente da extinção das obrigações original, já na legislação precedente. Mais, os Projetos de Código de Obrigações de 1941 e de 1965 já previam tratamento da matéria. Seja como for, a doutrina majoritária já admitia a sucessão singular negocial no débito mesmo antes da sua regulamentação expressa.

1.6. No direito estrangeiro, apontou-se que a assunção de dívida vem sendo incluída nos Códigos Civis de diversos países. Sobretudo, destacou-se a legislação alemã de regência da matéria, que influenciou a construção do CC/2002. Também se considerou relevante observar a regulamentação na Suíça, na Áustria, na China, na Itália e em Portugal, bem como ainda foram registradas notícias sobre a recente regulamentação na Argentina e a ainda mais recente reforma do bicentenário Código Civil da França. Todos eles com características e regras particulares que, no mínimo, servem de comparação para balizar o desenvolvimento do instituto.

2. Feitas as anotações sobre os fundamentos básicos do direito e realizado um levantamento perfunctório da regulamentação, ou da proibição, da assunção de dívida no passado e em outros países, estavam lançadas as bases para compreender a assunção de dívida, suas premissas básicas e requisitos. Ato contínuo, considerando o estudo em abstrato do instituto, passou a ser estudada a regulamentação da *fattispecie* no Brasil, especificamente pelo estudo dos arts. 299 a 303 do CC/2002.

2.1. A assunção de dívida é ao mesmo tempo um negócio jurídico e um ato de disposição. Por meio desse instrumento é possível transferir a dívida de um devedor primitivo para um novo devedor, exonerando-se aquele, sem a ruptura da relação jurídica.

2.1.1. Trata-se de negócio jurídico abstrato. Nesse sentido, ainda que tenha uma causa jurídica, como regra não podem as partes se reportar a ela para suscitar defesas, por exemplo. Entretanto, nada impede que convencionem no sentido de torná-la causal.

2.2. A doutrina adota diversos nomes para a hipótese de sucessão singular negocial no débito.

2.2.1. A alternativa mais comum é “cessão de dívida”, com suas variáveis, reportando-se os autores que a utilizam a uma analogia entre este negócio jurídico e a cessão de crédito. Acontece que a sucessão singular negocial nas relações jurídicas do ponto de vista passivo, tem particularidades que a distanciam daquele negócio realizado no lado ativo, em especial a necessidade do consentimento da parte que se mantém na relação jurídica (credor). Exatamente em função dessa aproximação essa nomenclatura é inadequada.

2.2.2. Outrossim, o termo “cessão” remete a uma ação realizada pelo titular primitivo, que figura como cedente, o agente, frente ao substituto que figura como cessionário e àquele que perdura na relação, que figura como cedido. Entretanto, a sucessão singular no débito pode se dar sem a participação do devedor primitivo. Nesta hipótese, seria um contrassenso atribuir-lhe nomenclatura de agente, se é mero paciente da ação.

2.2.3. Também é inadequada a corriqueira expressão “sucessão singular no débito”, sobretudo porque não registra o caráter negocial, mas apenas a disposição da relação jurídica.

2.2.4. Por tudo isso, correta a opção do CC/2002 em denominar “assunção de dívida” o negócio ora sob análise. Em primeiro lugar, indica apropriadamente o agente, que é o novo devedor, o assuntor. Em segundo lugar, não cria paralelo indevido com outro negócio jurídico díspar.

2.3. A assunção de dívida é negócio jurídico e, como tal, apresenta todos os requisitos básicos para seu aperfeiçoamento, como partes capazes de contratar, objeto lícito e possível, e ainda forma prescrita ou não vedada em Lei. A exoneração do devedor primitivo não figura como requisitos do negócio vez que é, em verdade, elemento essencial, parte da própria descrição do instituto: se não houver liberação do devedor primitivo, então não há assunção de dívida e sim outro negócio jurídico. Ainda assim, apresenta requisitos particulares, que decorrem de sua natureza dispositiva, especificamente: o indispensável consentimento do credor e do assuntor e a capacidade de dispor.

2.3.1. Uma vez que se trata de ato dispositivo, é necessário que as partes tenham capacidade de dispor.

2.3.2. Além da capacidade normal de contratar, é necessário que o credor tenha disponibilidade sobre o crédito; por exemplo, não pode o credor consentir na assunção de dívida se tiver dado o crédito em garantia. Neste caso, é possível que ele, credor da dívida que se deseja transferir, obtenha autorização do credor garantido pelo crédito.

2.3.3. Igualmente, o assuntor deve ter capacidade de contrair obrigação. Esse requisito é especialmente relevante quando, por exemplo, o assuntor é uma pessoa jurídica: o seu representante deve ter competência para constituir dívida.

2.3.4. A assunção de dívida, como regra, não exige forma específica. Contudo, é possível que a obrigação em si exija formalidade para sua modificação, devendo esta ser observada.

2.3.5. O consentimento do credor é indispensável. Ainda que o assuntor ofereça garantias especiais superiores à dívida, e ainda que essas garantias sejam de comprovada liquidez e segurança, ou mesmo que sejam garantias reais, não é possível suprir a vontade do credor. Outrossim, é direito do credor dar ou não o seu consentimento, não sendo exigido, como regra, que apresente justificativa para a sua recusa.

2.3.6. O consentimento do assuntor também é indispensável. Ainda que tenha uma dívida frente ao devedor primitivo, um terceiro não pode ser constrangido a assumir a dívida deste. O devedor primitivo pode, entretanto, ceder ao seu credor o direito contra o terceiro, hipótese em que se configurará cessão de crédito, e não assunção de dívida.

2.3.7. A assunção de dívida pode ter como objeto quase todas as dívidas, inclusive as naturais, as futuras, as litigiosas e as prescritas. Não são passíveis de assunção, entretanto, as dívidas em que há vedação legal, vedação contratual entre as partes ou a própria natureza da obrigação torne impossível a substituição do sujeito passivo. Especificamente quanto às dívidas intransmissíveis por sua própria natureza, é possível indicar as dívidas personalíssimas, ou seja, aquelas dívidas que apenas o devedor pode satisfazer, e as dívidas que são inerentes ao credor, ou seja, as dívidas que o credor simplesmente não pode dispor. Se não pode dispor, não pode liberar o devedor primitivo e, consequentemente, não há verdadeira sucessão singular no débito.

2.4. Em toda assunção de dívida há três polos: o devedor primitivo, o credor e o terceiro assuntor. Nesse sentido, é relevante observar como se constroem as relações entre eles.

2.4.1. A relação entre o devedor primitivo e o credor denomina-se relação de valuta. Sendo essa a relação jurídica que se transfere na assunção de dívida, é imprescindível que

preexista ao negócio translativo. O devedor primitivo fica exonerado com a entrada do novo devedor. Exonerando o devedor primitivo, o credor já não mais pode cobrar dele a dívida.

2.4.2. A relação entre o assuntor e o devedor primitivo denomina-se relação de provisão ou de cobertura. Ela é a causa da assunção de dívida, e é com base nela que se identificarão as consequências entre o devedor primitivo e o terceiro. Por outro lado, é absolutamente irrelevante para o credor, salvo se as partes expressamente convencionarem em sentido contrário. Portanto, como regra, não pode o assuntor opor ao credor defesas nascidas dessa relação de provisão.

2.4.3. A relação entre o credor e o assuntor se materializa com a transmissão da relação de valuta. Em outras palavras: uma vez que o terceiro entra na mesma relação de valuta já existente entre o devedor primitivo e o credor, é essa a relação que passa a vincular o terceiro ao credor. É dela que as partes extrairão suas defesas, por exemplo.

2.5. Definida e estabelecidos os requisitos da assunção de dívida, fez-se breve análise das formas que a assunção de dívida pode ser concretizada. Em melhores palavras, foram descritas sucintamente a delegação, a expromissão e o *accollo*. Ainda se distinguiu a sucessão singular *negocial* de dívida da sucessão singular *legal* ou *judicial* de dívida.

2.5.1. O termo “delegação” é polissêmico, abarcando diversos negócios jurídicos distintos, como a delegação de pagamento e a delegação “de promessa”. Esta, por sua vez, pode ser classificada de diversas formas, como (a) delegação pura (também denominada certa ou abstrata) ou titulada (também denominada causal ou incerta), (b) delegação ativa ou passiva, (c) delegação perfeita ou imperfeita (também denominadas liberatória e cumulativa, respectivamente). A assunção de dívida é hipótese de delegação de promessa titulada, passiva e perfeita. Isso porque o delegado não paga, mas sim promete pagar, assumindo a relação jurídica do delegante, ficando este liberado perante o delegatário.

2.5.2. A expromissão é negócio firmado diretamente entre o terceiro e o credor. O devedor primitivo não participa ativamente, sendo seu consentimento é dispensado. Mais, a expromissão realiza-se não apenas no silêncio, mas também a despeito da recusa do devedor primitivo exprometido. Em todo caso, também essa estrutura negocial tem uma causa (relação de provisão), configurando por exemplo gestão de negócios ou doação indireta. Ainda que o expromissor deseje realizar uma liberalidade em favor do exprometido, este – a despeito de não poder se opor à expromissão – não é obrigado a aceitá-la, tendo direito a reembolsá-lo.

2.5.3. O *accollo* é negócio diverso e inconfundível com a delegação e com a expromissão. Dentre as diferenças, destaca-se que é da natureza do *accollo* garantir ao *accollante* o direito de opor ao credor não apenas as exceções decorrentes do próprio negócio de assunção de dívida e da relação de valuta (dívida assumida), mas também da relação de provisão (relação entre devedor primitivo e assuntor). Encontra-se regulada expressamente no CC/italiano. No Brasil, ante a ausência de vedação, entende-se admitido.

2.5.4. A sucessão singular legal (ou judicial) na dívida é hipótese de substituição do devedor independentemente da vontade das partes. As partes não convencionam específica e individualmente a transferência da relação jurídica do devedor para o terceiro; essa transmissão decorre da determinação legal ou judicial. Geralmente ocorre como efeito mediato da transferência de um bem ou de uma situação jurídica. No caso da modificação legal da dívida, entretanto, é mais comum que não se configure verdadeira sucessão, mas sim mera cumulação de devedores.

2.5.4.1. Como regra, está associada à transferência de um bem, de um patrimônio ou de outros interesses que absorvem a dívida. Ainda, tratando-se de modificação do sujeito passivo por determinação legal, é mais comum a cumulação ou a comunicação da dívida do que de sucessão singular na dívida.

2.5.4.2. Diferencia-se da assunção de dívida exatamente por não decorrer da vontade das partes, o que influencia nos requisitos, em especial no consentimento do credor e do assuntor.

2.6. Salvo estipulação em sentido diverso, a assunção de dívidas tem efeitos imediatos à conclusão do negócio.

2.6.1. Como regra, implica extinção das garantias. Contudo, elas podem ser mantidas caso o garantidor consinta. Efetivamente, a pessoa que oferece a garantia o faz em confiança de que o devedor adimplirá a dívida. Consequentemente, a pessoa do devedor é tão relevante para o garantidor quanto o é para o credor.

2.6.2. De outro lado, os demais elementos acessórios são transferidos em conjunto com a dívida. Portanto, mantêm-se as multas, juros, correção monetária, local e data de pagamento, por exemplo.

2.7. No tocante às defesas do assuntor, observa-se que ele pode opor, como regra, não apenas as defesas nascidas do próprio negócio de assunção de dívida, mas também as defesas da relação decorrentes da relação assumida. Não pode opor, entretanto, as exceções

decorrentes da relação entre ele e o devedor primitivo, nem as deveras pessoais deste. Trata-se, contudo, de norma dispositiva, podendo as partes convencionar diversamente.

2.8. Além de admitir a assunção de dívida em diversas normas esparsas, a legislação brasileira regulamenta a assunção de dívida nos arts. 299 a 303 do CC/2002. O tema tem grande relevância prática e, inclusive, já foi objeto de uma série de Enunciados proferidos nas Jornadas de Direito Civil do CJP.

2.8.1. O CC/2002 adotou como regra para a modificação do polo passivo da obrigação a assunção de dívida.

2.8.2. O art. 299 define a assunção de dívida, deixando claro que a exoneração do devedor primitivo é elemento essencial. Uma vez que não trata especificamente de nenhuma de suas estruturas negociais (delegação, expromissão e *accollo*), entende-se que tratou da assunção de dívida de forma unitária, mas não vedou nenhuma delas. Esse artigo estabeleceu dois requisitos especiais para o negócio translativo: o consentimento *expresso* do credor e a solvência do assuntor ao tempo do negócio translativo.

2.8.2.1. Uma vez que o CC/2002 estabeleceu a exigência de consentimento expresso do credor, é possível concluir que se trata de direito potestativo dele aceitar ou não a substituição do devedor. Não pode prevalecer a tese de que a sua vontade pode ser suprida por órgãos judiciais ao argumento de que a negativa imotivada configuraria abuso de direito.

2.8.2.2. O objetivo do segundo requisito foi resguardar o credor e, consequentemente, facilitar a aceitação do negócio. Essa exigência é dispensada se o credor tinha conhecimento da situação econômica do assuntor e ainda assim admitiu a substituição. Nada impede que as partes convencionem a responsabilidade do devedor primitivo em caso de insolvência posterior. Também é possível determinarem a liberação dele independentemente da condição patrimonial do terceiro ao tempo da assunção de dívida.

2.8.3. O art. 299, parágrafo único, estabelece que as partes (devedor primitivo ou assuntor) podem estipular prazo para que o credor dê seu consentimento em relação à assunção de dívida. O seu silêncio será reputado como recusa.

2.8.3.1. Esse comando legal ratifica a conclusão alcançada acima de que o direito do credor de consentir ou não é potestativo e dispensa motivação. Caso não deseje a substituição, basta manter silêncio. Impossível exigir que apresente fundamentação para o seu silêncio se esse ato é exatamente a abstenção de declaração.

2.8.3.2. Esse comando legal é falho, entre outros motivos, por não resolver a questão do efeito da recusa do credor em relação ao negócio entre o devedor primitivo e o

assuntor. Ou seja, se as partes nada convencionaram, surge a dúvida se é ou não mantido o vínculo entre eles como promessa de liberação.

2.8.4. O art. 300 trata das garantias, determinando como regra geral a extinção delas, reais ou fidejussórias, ofertadas pelo devedor ou por terceiro. Com razão a norma legal, uma vez que a garantia é oferecida em razão da pessoa do devedor; este é tão relevante para o garantidor quanto o é para o credor. Entretanto, caso o garantidor dê seu consentimento, a dívida permanece.

2.8.4.1. Seria interessante, entretanto, que o CC/2002 estabelecesse uma presunção (relativa) de que o devedor dá seu consentimento para a manutenção das garantias por ele prestadas quando a assunção de dívida se realiza por delegação.

2.8.4.2. A mesma presunção não deve ocorrer nos casos em que a assunção de dívida se realiza por expromissão. Nesse caso, é possível que assuma o lugar de devedor pessoa que o devedor primitivo não conheça ou não confie.

2.8.4.3. Em qualquer caso, deveria a Lei estabelecer também presunção de que as garantias dadas pelo assuntor, enquanto era apenas terceiro, também sobrevivem à assunção de dívida. Assim, nos casos em que o assuntor antes figurava como garantidor real, por exemplo, ao assumir a dívida não há razão para que se desfaça a garantia.

2.8.4.4. Ainda deveria ser emendado o art. 300 para que determinasse expressamente o destino dos demais acessórios à dívida, tais como juros e multas por inadimplemento. A solução que melhor se adequa aos princípios gerais da assunção de dívida é mantê-los.

2.8.5. O art. 301 determina que, em caso de anulação do negócio de assunção de dívida, retornam as partes ao *status quo ante*. Em outras palavras, o assuntor fica liberado e o devedor primitivo reassume a obrigação. As garantias dadas por terceiros e extintas pela assunção de dívida, entretanto, não são repriminadas, salvo se o garantidor tivesse conhecimento do vício do negócio. As mesmas regras se aplicam às hipóteses de nulidade do negócio de assunção de dívida.

2.8.5.1. As garantias dadas pelo assuntor também são extintas pela invalidação do negócio de assunção de dívida.

2.8.5.2. A invalidade do negócio de assunção de dívida não pode ser confundida com a invalidade do negócio subjacente, ou seja, com o negócio entre o devedor primitivo e o terceiro que levou este a assumir a dívida. O vício deste não afeta aquele. Ainda

que o negócio subjacente seja nulo, anulado ou rescindido, mantém-se a assunção da dívida perante o credor.

2.8.5.3. Também não pode ser confundida a invalidade da assunção da dívida com eventual vício da obrigação em si mesma. Sendo nula ou anulada a assunção de dívida, retornam as partes ao *status quo ante*. Sendo nula ou anulada a obrigação em si mesma, afeta-se a assunção de dívida por perda do seu objeto.

2.8.5.4. O comando legal poderia receber algumas emendas para torná-lo mais claro; melhor seria se redação assim, por exemplo: “Art. 301. Se a substituição do devedor *for nula ou* vier a ser anulada, o devedor primitivo *reassume* o débito, com todas as suas garantias, salvo as garantias prestadas por terceiros, exceto se este conhecia o vício que inquinava o negócio de assunção de dívida”.

2.8.6. O art. 302 trata das exceções oponíveis pelo assuntor. Com redação extremamente econômica, apenas determina que o assuntor não pode opor as exceções pessoais do devedor primitivo. Nada se refere em relação às defesas nascidas do próprio negócio de assunção de dívida, nem das provenientes da relação de valuta e muito menos das decorrentes da relação de provisão.

2.8.6.1. É natural que o assuntor possa opor as exceções decorrentes da própria assunção de dívida, que é negócio jurídico em si mesmo.

2.8.6.2. Também pode o assuntor opor as defesas provenientes da relação de valuta, uma vez que ele entra nela como devedor. Em outras palavras, uma vez que o assuntor assume a dívida tal como ela existia para o devedor primitivo, se houver alguma defesa decorrente da própria dívida, tal como a sua prescrição ou prévio pagamento, é natural que o assuntor possa se escusar nisso para evitar o pagamento.

2.8.6.3. Diferentemente, não é inata à assunção de dívida o direito de o assuntor opor ao credor as exceções nascidas da relação de provisão. A verdade é que a relação entre o assuntor e o devedor primitivo são alheias ao credor; ele não participa delas e, como regra geral, não pode ser afetado por elas. Entretanto, nada impede que as partes convençionem que o assuntor possa opor ao credor também as defesas geradas do negócio subjacente. Inclusive, esse é o traço distintivo do *accollo*; caso as partes contratem um *accollo*, é subentendido que o assuntor terá direito de opor defesas do negócio jurídico de assuntor de dívida, assim como as da relação de valuta e ainda as da relação de provisão.

2.8.6.4. Diante das considerações feitas acima, é conveniente revisar o CC/2002 também no tocante ao art. 302, para que determine expressamente quais exceções são oponíveis, e quais não são, ainda que o faça apenas como regra dispositiva.

2.8.7. Enfim, o art. 303 trata de hipótese especial devido à sua relevância prática. Nos casos de assunção de dívida associada à aquisição de imóvel gravado por hipoteca, o silêncio do credor notificado implica anuência tácita.

2.8.7.1. A regra do art. 303 estabelece hipótese excepcional, não se aplicando o disposto no art. 299 e nem no disposto no art. 300. Em outras palavras, nos casos descritos nesse artigo é dispensada a anuência expressa e não se extingue a garantia hipotecária.

2.8.7.2. Com razão a doutrina que exige fundamentação por parte do credor hipotecário para recusar a assunção de dívida associada à aquisição do imóvel que a garante. Isso porque, diferentemente da hipótese geral do art. 299, o silêncio do credor implica aceitação no caso do art. 303. Em outras palavras, a Lei atribuiu regra especial para esse tipo de assunção de dívida, exigindo a recusa expressa, e, em tal situação, é abuso de direito o credor recusar de apresentar suas razões, mormente porque – ainda que não seja regra – é mais comum que esses negócios envolvam a aquisição de imóvel residencial, figurando o alienante como consumidor e o credor como fornecedor.

2.8.7.3. A análise da fundamentação para a recusa deve levar em consideração a situação do credor. Caso o credor já tenha critérios específicos para a concessão de crédito, deve-se analisar se o assuntor se enquadra nesses critérios, por exemplo.

2.8.7.4. Outrossim, a exigência de justificativa não pode ser confundida com uma verdadeira supressão do direito de recusa por parte do credor; ainda que a dívida esteja suficientemente garantida, pode o credor recusar a substituição do devedor quando, por exemplo, demonstrar que o assuntor costumeiramente inadimpla suas obrigações.

2.8.7.5. As regras do presente artigo se aplicam também para os casos de financiamento imobiliário vinculado ao SFH. Ressalvam-se, apenas, os “contratos de gaveta” que se enquadram nos critérios específicos da Lei nº 10.150/2000, que criou verdadeira hipótese de cessão de débito, ou seja, sucessão singular negocial no débito à revelia da intervenção do credor.

2.8.7.6. A redação do art. 303, em que pese elogiável, também pode ser emendada para se tornar mais clara. Em primeiro lugar, pode deixar expresso que o devedor primitivo fica liberado uma vez que o terceiro assuma a dívida. Em segundo lugar, pode

deixar claro que a garantia hipotecária é mantida, em exceção à regra do art. 300 desse mesmo diploma legal.

2.8.7.7. Ainda, complementarmente, defende-se a alteração desse art. 303 para que abarque outras hipóteses similares. Exemplificativamente, a Lei poderia garantir também a presunção de anuência para o caso em que o credor, notificado, se mantivesse em silêncio quando da proposta de assunção de dívida garantida por hipoteca naval associada à aquisição do respectivo navio.

3. Enfim, definida a assunção de dívida, e descritas as suas premissas, requisitos, suas causas e seus efeitos, bem como as estruturas negociais pelas quais se pode aperfeiçoar, alcançou-se, enfim, o ponto central da presente tese: distinguir a assunção de dívida de institutos jurídicos afins. Especificamente, tratou-se da assinação, da promessa de liberação, da adjunção na dívida, nessa ordem, visando assim construir uma “escada” crescente de negócios jurídicos tendentes a alcançara verdadeira assunção de dívida. Ato contínuo, passou a se estudar a novação, negócio paralelo, que tem alcança efeitos econômico principal bastante próximo, mas que trilha por caminhos juridicamente distintos e, consequentemente, com efeitos díspares. Enfim, discorreu-se sobre a cessão de contrato e a cessão de crédito, negócios correlatos que também têm o condão de transferir a relação jurídica obrigacional de uma pessoa para outra.

3.1. Assinação é um ato jurídico pelo qual o assinante autoriza o assinado a pagar e o assinatário a receber a dívida. Há mera autorização. É irrelevante para a assinação a aceitação do assinado e do assinatário.

3.1.1. A assinação se diferencia da assunção de dívida porquanto naquela não há efetiva substituição do devedor. O assinado não fica obrigado perante o assinatário pela simples assinação. Tomando sob outro ângulo, o credor não adquire direito contra o assinado.

3.1.2. Pode, entretanto, a assinação se converter em um negócio jurídico. Assim, por exemplo, caso o assinado e o assinatário aceitem-na, então haverá uma delegação; ainda como exemplo, aponta-se que, se apenas o assinado a aceitar, então há promessa de liberação ou estipulação em favor de terceiro.

3.1.3. Outrossim, há assinação independentemente de haver ou não relação prévia de débito entre o assinante e o assinatário. Em outras palavras, a assinação, quando aceita pelas partes, não implicará necessariamente modificação do sujeito passivo de uma

obrigação; pode configurar, por exemplo, uma liberalidade do assinado em favor do assinatário.

3.2. Promessa de liberação é um negócio jurídico firmado exclusivamente entre o promissário e um terceiro, no qual este se compromete perante aquele a liberar o devedor de uma dívida.

3.2.1. Na promessa de liberação diferencia-se da assunção de dívida por não haver efetiva modificação da obrigação. A dívida objeto da promessa de liberação não é alterada. O credor não adquire direito contra o terceiro, assim como o terceiro não se torna devedor do credor.

3.2.2. Na promessa de liberação, podem ainda as partes, o promitente e o promissário, estipular regras específicas de atuação para este. Ou seja, é possível que o promitente se obrigue apenas a pagar a dívida, mas não a assumi-la; ou o inverso, obrigando-se a assumi-la, mas não a pagá-la imediatamente. Já na assunção de dívida, o terceiro assume a obrigação que já existe, passando a dever aquela prestação já consolidada.

3.2.3. É possível que, com base na promessa de liberação, o terceiro se comprometa perante o credor, configurando uma verdadeira assunção de dívida. A promessa de liberação será então a causa direta da substituição do devedor, mas não se podem confundir os institutos.

3.2.4. Havendo dúvidas, deve-se entender que houve promessa de liberação, e não assunção de dívida.

3.3. Estipulação em favor de terceiro é um negócio jurídico cujos efeitos extrapolam as partes, atribuindo-se vantagem para um terceiro, que dele não participou. Em outras palavras, constata-se que na estipulação em favor de terceiro o promitente se obriga perante o estipulante, a realizar prestação em favor de outra pessoa, o beneficiário.

3.3.1. A estipulação em favor de terceiro se diferencia da assunção de dívida por não haver verdadeira modificação da obrigação. A relação jurídica perdura inalterada; o devedor continua obrigado perante o credor.

3.3.2. Observa-se que na estipulação em favor de terceiro o credor adquire um direito contra o promitente, mas enquanto não a aceitar, este o promitente não se torna seu devedor, não tendo direito a pagar nem podendo compensar eventuais créditos. Basta ao credor-beneficiário, para evitar tais direitos secundários do promitente, recusar a estipulação em seu favor. De outro lado, na assunção de dívida o terceiro se torna efetivo devedor do

credor, passando a ter direito a adimplir a dívida, em nome próprio, bem como a compensar eventuais créditos que disponha contra o credor.

3.3.3. Outrossim, na estipulação em favor de terceiros, cria-se uma nova obrigação do promitente frente ao estipulante e o beneficiário; as partes podem convencionar a dívida nos termos que desejarem. Diferentemente, na assunção de dívida há uma relação jurídica já estabelecida, com prestação pré-definida, que o terceiro deve aceitar.

3.3.4. Havendo dúvidas, deve-se presumir que houve estipulação em favor de terceiro, e não assunção de dívida.

3.4. Adjunção na dívida é um negócio jurídico pelo qual o terceiro adere à relação jurídica existente entre o devedor e o credor, sem a exoneração daquele.

3.4.1. A adjunção na dívida se diferencia da assunção de dívida porque nesta há necessária exoneração do devedor primitivo, enquanto naquela este continua obrigado. Em outras palavras: em ambos os casos há modificação do polo passivo da obrigação, mas apenas na assunção de dívida há sucessão; na adjunção na dívida há cumulação ou comunicação da dívida.

3.4.2. Também há diferença relevante quanto ao objeto: não é passível de assunção de dívida a obrigação inerente ao credor, *i.e.*, a dívida que o credor não pode dispor. Contudo, não havendo exoneração do devedor primitivo na adjunção de dívida, é plenamente possível um negócio dessa natureza em relação a tal dívida. Assim, é possível ao terceiro aderir a uma dívida que o credor não pode dispor.

3.4.3. Outrossim, uma vez que não há exoneração do devedor primitivo, tampouco há extinção das garantias na adjunção na dívida. Difere também nesse ponto da sucessão singular negocial na dívida, vez que nesta, ficando liberado o devedor primitivo, como regra extinguem-se garantias especiais.

3.4.4. Na dúvida, presume-se que houve adjunção na dívida, e não assunção de dívida.

3.5. Novação é instituto jurídico que leva à extinção da obrigação original pela criação de outra, que ocupa o seu lugar. A novação subjetiva passiva decorre da substituição do devedor, que fica liberado da dívida, pela entrada de um terceiro que passa a figurar como devedor. Aproximam-se, portanto, pelo resultado final de substituir o devedor.

3.5.1. Diferenciam-se a novação e a assunção de dívida pelo traço principal: nesta a relação jurídica permanece intacta; naquela, há necessária ruptura da relação jurídica para a criação de outra nova.

3.5.2. Exatamente devido à extinção da obrigação original, na novação o terceiro se torna devedor de uma obrigação nova; é dela, e somente dela, que poderá extrair as suas defesas. Diversamente, na assunção de dívida o terceiro assume a mesma relação jurídica que tinha o devedor primitivo, podendo aproveitar as defesas dessa relação de valuta, e não apenas as defesas do negócio de assunção de dívida.

3.5.3. Ainda, a Lei brasileira estabelece que o devedor primitivo é responsável pela dívida em caso de insolvência do terceiro ao tempo da assunção de dívida, caso o credor a ignorasse (art. 299); diversamente, na novação o credor não pode volver-se contra o devedor primitivo em caso de insolvência do novo devedor ao tempo da novação, salvo se este devedor primitivo agiu de má-fé.

3.5.4. Também se diferenciam quanto aos objetos. Por exemplo, não é possível a assunção de dívida personalíssima do devedor primitivo, *i.e.*, de prestação que dependa de características pessoais do devedor primitivo. Nada impede a novação de uma dívida personalíssima, vez que na novação as partes podem substituir não só o devedor como a própria prestação.

3.5.5. Na dúvida, presume-se que houve assunção e dívida, e não novação.

3.6. Cessão de contrato é o negócio pelo qual se transfere não apenas a dívida ou o crédito, mas verdadeiramente o contrato, mantendo a sua integridade.

3.6.1. Diferencia-se a assunção de dívida da cessão de contrato porque nesta hipótese o cessionário se assume não apenas o posto de devedor, mas sim o posto de contratante. Por exemplo, não apenas assume a obrigação de pagar o preço, torna-se comprador.

3.6.2. A dívida objeto da assunção de dívida, por sua vez, pode, ou não, nascer de contrato. Pode decorrer de responsabilidade civil, por exemplo. Diferentemente, o objeto da cessão de contrato é sempre um contrato.

3.6.3. Na dúvida, presume-se que houve assunção de dívida, e não cessão de contrato.

3.7. Cessão de crédito é, enfim, o negócio jurídico pelo qual se transfere a dívida. Aproxima-se da assunção de dívida exclusivamente por se tratar de hipótese de modificação da obrigação. De outro lado, é possível identificar claras distinções entre os institutos.

3.7.1. A diferença mais óbvia é que a cessão de crédito implica modificação do sujeito ativo, enquanto a assunção de dívida configura substituição do sujeito passivo da obrigação.

3.7.2. A assunção de dívida exige o consentimento do credor; na cessão de crédito, a vontade do devedor é dispensada a anuência do devedor, que apenas precisa ser notificado.

3.7.3. Na cessão de crédito, “Salvo estipulação em sentido contrário, o cedente não responde pela solvência do devedor” (art. 296); já na assunção de dívida, o devedor primitivo responde pela obrigação caso o terceiro seja insolvente ao tempo da substituição, e o credor o ignorasse.

BIBLIOGRAFIA

A

AGÊNCIA ESTADO, *Fazenda avaliza contrato que transfere dívida da Celgpar para Goiás*, in *Jornal Estado de Minas*, 29-07-2016, disponível em https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2016/07/29/internas_economia,789077/fazenda-avaliza-contrato-que-transfere-divida-da-celgpar-par.shtml [01-01-2018].

ANASTOPOULO, Constance A., *A new twist on remedies: judicial assignment of bad faith claims*, in *Indiana Law Review*, vol. 50, nº. 3 (2017), p. 727-758, disponível em <https://mckinneylaw.iu.edu/ilr/pdf/vol50p727.pdf> [06-10-2017].

ANBIMA, *Fusões e Aquisições*, in *Boletim Anbima* 26 (2017), disponível em http://www.anbima.com.br/data/files/BB/84/F3/63/CD7DA510D976ECA569A80AC2/Boletim_MA_Ano_2017.pdf [01/01/2018].

ANDRADE, Manuel A. Domingues de, *Teoria geral da relação jurídica*, vol. 1, Coimbra, 2003.

ARANGIO-RUIZ, Vincenzo, *Istituzioni di diritto romano*, 11ª ed., Napoli, Jovene, 1952.

AREÁN-GARCÍA, Nilsa, *Os sufixos –eiro, -or, -nte e -ista no Auto da Alma e no Auto da Compadecida*, in *Revista Philologus* 57 (2013), pp. 134-144.

ARLIERI, Alberto Barettoni, *Delegazione di pagamento*, in *Enc. giur.* (2007), pp. 1-2.

ARNAOUTOGLU, Ilias, *Leis da Grécia antiga*, trad. port. de TRINDADE SERRA, Ordep e PIZARRO CARNELÓS, Rosiléa, São Paulo, Odysseus, 2003.

AUBRY, Charles, e **RAU**, Charles, *Cours de droit civil français – d'après la méthode de Zachariae*, t. 4, 5ª ed., Paris, Marchal et Billard, 1902.

_____, *Cours de droit civil français – d'après la méthode de Zachariae*, t. 5, 5ª ed., Paris, Marchal et Billard, 1907.

_____, *Cours de droit civil français – d'après la méthode de Zacharie*, t. 6º, 4º ed., Paris, Marchal-Billard, 1873.

AZEVEDO, Álvaro Villaça, *Teoria geral das obrigações*, 10ª ed., São Paulo, Atlas, 2004.

B

BALEEIRO, Aliomar, *Direito tributário brasileiro*, 11ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2010.

BANCO CENTRAL DO BRASIL, *FAQ – Cadastro positivo*, disponível em https://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/faqcadpositivo.asp [09-12-2017].

BANDEIRA, Ricardo Murari, *Dos contratos de cessão de direito de exploração mineral*, dissertação de mestrado, Belo Horizonte, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2011.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos, *Assunção de Dívida – A Primazia do Código de Processo Civil*, in ADV advocacia dinâmica: boletim de jurisprudência semanal, vol. 23, nº 3, 19-01-2003, pp. 51-50.

BDINE JR., Hamid Charaf, *Comentários aos arts. 233 a 420 – Obrigações*, in CEZAR PELUSO (coord.), *Código Civil Comentado – Doutrina e Jurisprudência*, 8ª ed., Barueri, Manole, 2014.

BELMONTE, Alexandre Agra, *A responsabilidade da empresa por sucessão e suas exceções*, in Revista do TRT/EMATRA - 1ª Região, Rio de Janeiro, v. 18, n. 44, jul/dez 2007, pp. 55-67.

BENETI, Sidnei Agostinho, *Da cessão de débito*, in RT 425/20, 1971 [= *Da cessão de débito*, in TEPEDINO, Gustavo, e FACHIN, Luiz Edson (org.), *Coleção Doutrinas Essenciais – Obrigações e contratos: obrigações: estrutura e dogmática*, vol. 1, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2011, pp. 529-547].

BERGER, Adolf, *Encyclopedic Dictionary of Roman Law*, Philadelphia, The American Philosophical Society, 1953.

BERRINO, Marialma G., *Comentarios a los arts. 865 a 885*, in HERRERA, Maris, CAMELO, Gustavo e PICASSO, Sebastián (coord.), *Código Civil y Comercial de la Nación Comentado*, t. 3, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Infojus, 2015, pp. 168-223.

BETTI, Emilio, *Teoria generale del negozio giuridico*, 2ª ed., Napoli, Edizioni Scientifiche Italiane, 2002.

BEVILAQUA, Clóvis, *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil comentado*, t. 1 edição histórica, Rio de Janeiro, Rio, 1975.

_____, *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil comentado*, t. 2, Rio de Janeiro, Editora Rio, 1975.

_____, *Código civil dos estados unidos do Brasil comentado*, vol. 4, 4ª ed., São Paulo-Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1934.

_____, *Direito das obrigações*, 9ª ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1957.

_____, *Projecto de Código Civil brasileiro*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1900.

_____, *Teoria geral do direito civil*, 2ª ed., Rio de Janeiro, F. Alves, 1976.

BIANCA, C. Massimo, *Diritto civile*, vol. 4, Milano, Giuffrè, 1993.

BIONDI, Biondo, *Patrimonio*, in *NNDI* 12 (1965), pp. 615-617.

BORJA, Célio de Oliveira, *Parecer: Seguro-saúde - Contribuição - Alíquota*, in *Revista de Direito Administrativo* 220 (2000), p. 253-261.

BUFNOIR, Claude *et. al.*, *Code civil allemand traduit et annoté*, t. 1, Paris, Imprimerie Nationale, 1904.

BUFNOIR, Claude *et. al.*, *Code civil allemand traduit et annoté*, t. 2, Paris, Imprimerie Nationale, 1906.

BUSCEMA, Salvatore, *Delegazione di pagamento (dir. fin.)*, in *ED* 11 (1962), pp. 983-998.

C

CAMILLERI, Enrico, *Appunti sulla struttura dell'espromissione cumulativa*, in *Rivista di diritto civile*, 60.3 (2014), pp. 645-665.

CAMINHA, Unie; **MARINHO**, Sarah Morganna Matos, *A novação na recuperação judicial: análise das peculiaridades da aplicação do instituto de direito civil ao direito falimentar*, in *Novos Estudos Jurídicos* 18 (2013), pp. 135-150, disponível em <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/4489> [20-12-2017].

CAMPOBASSO, Gian, *Accollo*, in *Enc. giur.* (2007), pp. 1-7.

CARBONNIER, Jean, *Théorie des obligations*, Paris, Presses Universitaires de France, 1963.

CARLOMAGNO, Marcela Viano, *Comentarios a los arts. 1.614 a 1.640*, in **HERRERA**, Marisa, **CARAMELO**, Gustavo e **PICASSO**, Sebastián (coord.), *Código Civil y Comercial de la Nación Comentado*, t. 4, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Infojus, 2015, pp. 317-333.

CARNEIRO PACHECO, Antônio Faria, *Da sucessão singular nas dívidas*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1912.

CARRANÇA, Thais, *Aliansce amplia participação em 2 shoppings de Belém*, in *Valor Econômico*, 03-02-2017, disponível em <http://www.valor.com.br/empresas/4858696/aliانسce-amplia-participacoes-em-2-shoppings-de-belem> [01-01-2018].

CARVALHO DE MENDONÇA, José Xavier, *Tratado de direito comercial brasileiro*, vol. 6, livro 4, parte 1, 6ª ed., Rio de Janeiro-São Paulo, Freitas Bastos, 1960.

CARVALHO DE MENDONÇA, Manoel Ignácio, *Doutrina e Pratica das Obrigações ou Tratado Geral dos Direitos de Crédito*, vol. 2, 2ª ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves, s.d. (1911?).

_____, *Doutrina e pratica das obrigações: ou tratado geral dos direitos de crédito*, t. 1, 4ª ed., Rio de Janeiro, Revista Forense, 1956.

_____, *Doutrina e pratica das obrigações: ou tratado geral dos direitos de crédito*, t. 2, 4ª ed., Rio de Janeiro, Revista Forense, 1956.

CARVALHO SANTOS, José Manoel de, *Código Civil brasileiro interpretado*, vol. 13, 9ª ed., Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1964.

CARVALHOSA, Modesto, *Comentários ao Código Civil – parte especial – do direito de empresa (artigos 1.052 a 1.195)*, vol. 13, São Paulo, Saraiva, 2003.

CATALAN, Marcos Jorge, *Assunção de Dívida – Breves Comentários sobre a Positivção do Instituto no Novo Código Civil*, in Informativo jurídico Consulex vol. 16, n. 34 (26 de ago de 2002), pp. 11-14.

CESAR, Dimas de Oliveira, *Estudo sôbre a Cessão do Contrato*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1954.

CHAMOUN, Ebert, *Instituições de direito romano*, Rio de Janeiro, Forense, 1951.

CHAVES, Antônio, *Reformulação do ensino do direito civil. Novas técnicas. Um programa.*, in Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo 70 (1975), pp. 37-78.

CIAN, Giorgio, e TRABUCCHI, Alberto, *Commentario breve al codice civile*, 4ª. ed., Padova, CEDAM, 1992.

CICALA, Raffaele, *L'adempimento indiretto del debito altrui – disposizione 'novativa' del credito ed estinzione dell'obbligazione nella teoria del negozio*, Napoli, Jovene, 1968.

COMPARATO, Fábio Konder, *Notas sobre parte e legitimação nos negócios jurídicos*, in *Ensaio e Pareces de Direito Empresarial*, Rio de Janeiro, Forense, 1978, pp. 514-520.

CORREIA, Alexandre e SCIASCIA, Gaetano, *Manual de Direito Romano*, 6ª ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 1988.

_____, *Manual de Direito Romano*, vol. 2, Saraiva, 1951.

CORREIA, Edmar Ramiro, *A função social do contrato*, dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2009.

COUTO E SILVA, Clóvis Veríssimo, *A obrigação como processo*, Rio de Janeiro, FGV, 2006.

CUMYN, Michelle, *La délégation du Code civil du Québec: une cession de dette?*, in *Les Cahiers de droit*, vol. 42, n° 4 (2002), pp. 601-649.

CUNHA GONÇALVES, Luis da, *Tratado de Direito Civil – em Comentário ao Código Civil Português*, vol. 4, tomo 2, São Paulo, Max Limonad, s.d. (aproximadamente 1958).

D

DAUD, Fuad José, *Transmissão de Contrato*, São Paulo, Referêcia, 2006.

DE CLERCQ, A., *Code civil general de l'Empire d'Autriche*, Paris, Imprimerie Royale, 1836.

DE DIEGO Y GUTIÉRREZ, D. F. Clemente, *Transmisión de las obligaciones*, Madrid, Libreria General de Victoriano Suárez, 1912.

CHAVES DE FARIAS, Cristiano, **ROSENVALD**, Nelson, *Curso de direito civil*, vol. 2, 7ª ed., Salvador, JusPodium, 2013.

DE PLACIDO E SILVA, Oscar Joseph, *Vocabulário jurídico*, vol. 1, 12ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1993.

DE PLÁCIDO E SILVA, Oscar Joseph, *Vocabulário jurídico*, 31ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2014.

DINIZ, Maria Helena, *Curso de Direito Civil Brasileiro – Teoria Geral das Obrigações*, vol. 2, 27ª ed., São Paulo, Saraiva, 2012.

E

THE EDITORS OF ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA, *Il-Khanid dynasty*, in *Encyclopædia Britannica*, disponível em <https://www.britannica.com/topic/Il-Khanid-dynasty> [01/01/2018].

ENNECCERUS, Ludwig, *Derecho de obligaciones*, vol. 1, 35ª ed., trad. Blas Pérez Gonzales e José Alguer, Barcelona, Bosch, 1933.

ENNECCERUS, Ludwig, e **KIPP**, Theodor, e **WOLFF**, Martin, *Derecho de obligaciones*, vol. 2, Barcelona, Bosch, 1935.

ENCINAS, Emilio Eiranova, *Código civil alemão comentado*, Madrid-Barcelona, Marcial Pons, 1998.

F

FARIA, Ernesto, *Dicionário escolar latino-português*, 3ª ed., Rio de Janeiro, MEC, 1962.

FERNANDES, Luís A. Carvalho; CUNHA, Paulo Olavo de Pitta e, *Assunção de dívida alheia. Capacidade de gozo das sociedades anônimas. qualificação de negócio jurídico: parecer*, in *Revista da Ordem dos Advogados*, ano 57, nº 2, (1997), pp. 693-719.

FERRAZ, Aníbal Augusto Ruivo, *Algumas questões desportivo-tributárias dirimidas pelos tribunais no decurso da última década*, in GLÓRIA TEIXEIRA (coord.), *III Congresso de Direito Fiscal*, Porto, Vida Económica, 2013, pp. 67-93.

FIUZA, Ricardo, *Justificação do Projeto de Lei nº 6.960, de 12 de junho de 2002*, Brasília, Câmara dos Deputados, 2002, disponível em http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=690707B24F5960E4E7C28F9280643DF4.proposicoesWebExterno1?codteor=50233&filename=PL+6960/2002 [30/07/2017].

FOO PING-SHEUNG, *Introduction*, in *The civil code of the republic of China*, trad. ingl. de HSIA, Ching, CHOW, James L. E., e CHANG, Yukon, Shanghai, Kelly & Walsh, 1930.

FOSTER, Nicholas H. D., *Transfer of Rights and Obligations in the UAE – A Comparative Analysis in the Light of English Law, French Law and the Shari'a*, in *Yearbook of Islamic and Middle Eastern Law Online* 7 (2000), pp. 3-70.

G

GALVÃO TELLES, Inocêncio, *Direito das obrigações*, 6ª ed., Coimbra, Coimbra Editora Ltda., 1989.

_____, *La cession de contrat*, in *Revue internationale de droit comparé*, vol. 3, nº 2 (abr/jun 1951), pp. 217-237.

GEVA, Benjamin, *Liability on a Cheque – A Legal History*, in *Osgoode Hall Law School Legal Studies Research Paper Series* vol. 12.9 (2016), pp. 9-68, disponível em <https://ssrn.com/abstract=2767542> [22-12-2017].

GEVA, Benjamin, *The Payment Order of Antiquity and Middle Ages – A Legal History*, Orford-Portland, Hart, 2011.

GENY, François, *La conception générale du droit, de ses sources, de sa méthode*; dans l'oeuvre de Raymond SALEILLES, in THALLER, Edmond-Eugène (org.), *L'Oeuvre juridique de Raymond Saleilles*, Paris, Librairie Nouvelle de Droit et de Jurisprudence, 1914, pp. 1-63.

GETE-ALONSO Y CALERA, Maria del Carmen, *Apuntes para una explicación de la modificación y novación de la relación obligatoria*, in *Homenaje al prof. Juan Roca Juan*, Murcia, Universidade de Murcia – Servicio de Publicaciones, 1989, pp. 303-320.

GIDE, Paul, *Études sur la Novatio et le Transport des Créances en Droit Romain*, Paris, Larose, 1879.

GOMES, Luiz Roldão de Freitas, *Contrato*, Rio de Janeiro, Renovar, 1999.

_____, *Da Assunção de Dívida e sua Estrutura Negocial*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Lumen Juris, 1998.

_____, *Da assunção de dívida*, in Revista da EMERJ, nº 20, vol. 5 (2002), pp. 79-90.

GOMES, Orlando, *Obrigações*, Rio de Janeiro, Forense, 1961.

_____, 17ª. ed., Rio de Janeiro, Forense, 2008.

GOZZO, Débora, *Cessão de direitos*, in HADDAD, Gilberto, e PEREIRA JR, Antônio Jorge (coord.), *Direito dos Contratos*, São Paulo, Quartier Latin, 2006, pp. 361-383.

GREGÓRIO, Ricardo Algarve, *Comentário aos arts. 299-303*, in SHIGEMITSU FUJITA, Jorge, SCAVONE JR., Luiz Antonio, NICOLETTI CAMILLO, Carlos Eduardo, e MORENO TALAVERA, Glauber (coords.), *Comentários ao Código Civil*, 3ª ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2014, pp. 340-344.

GUARINO, Antonio. *Diritto privato romano*, 12ª ed., Napoli, Jovene, 2001.

H

HATTENHAUER, Christian, *Assignment (assignation)*, trad. ing. de ALLEN, Ira, in *The Oxford International Encyclopedia of Legal History*, vol. 1, New York, Oxford University, 2009, pp. 227-229.

HOPKINS, Keith, *Rome, taxes, rents and trade*, in WALTER SCHEIDEL & SITTA VON REDEN (coord.), *The ancient economy*, , New York, Routledge, 2010, pp. 190-231.

HSIA, Ching, **CHOW**, James L. E., e **CHANG**, Yukon, *The civil code of the republic of China*, Shanghai, Kelly & Walsh, 1930.

HUC, Théophile, *Traité théorique et pratique de la cession et de la transmission des créances*, t. 1, Paris, Pichon, 1891.

I

IGLESIAS, Juan, *Dereito Romano*, trad. port. de MIRANDA AVENA, Claudia de, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2011.

J

JORGE JR., Alberto Gosson, *Assunção de dívida*, in LOTUFO, Renan e ETTORRE NANNI, Giovanni (coord.), *Obrigações*, São Paulo, Atlas, 2011, pp. 279-293.

K

KARAM, Munir, *A transmissão das obrigações – cessão de crédito e assunção de dívida*, in FRANCIULLI NETTO, Dominus, FERREIRA MENDES, Gilmar, GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO, Ives (coord.), *O Novo Código Civil – estudos em homenagem ao professor Miguel Reale*, São Paulo, LTr, 2003.

KAY, Philip, *Rome's economic revolution*, London, Oxford University, 2014.

KIENINGER, Eva-Maria, *Case 15 - Indebted Businessman sells Business to Brother*, in *Security Rights in Movable Property in European Private Law*, KIENINGER, Eva-Maria (org.), Cambridge, Cambridge University, 2004, pp. 623-646.

KOCH, Fernanda; **BRAGA**, Sérgio Jacob, *Da validade da assunção de dívida no contrato de financiamento habitacional sem a interveniência da instituição financeira*, in *Revista Meditare* 3 (2011), pp. 59-86.

KONDER, Carlos Nelson, *Princípios contratuais e exigência de fundamentação das decisões: boa-fé e função social do contrato à luz do CPC/2015*, in *Revista Opinião Jurídica*, Fortaleza, ano 14, n. 19, p. 33-57, jul./dez 2016.

L

LARCEDA DE ALMEIDA, Francisco de Paula, *Dos efeitos das obrigações – arts. 928 a 1.078*, Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1934.

, *Obrigações – exposição systematica desta parte do direito civil patrio segundo o methodo dos 'direitos de familia' e 'direito das cousas' do Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Revista dos Tribunais, 1916.

LECCA, Stefania, *L'accollo del debito*, tese de doutorado, Cagliari, Università degli Studi di Cagliari, 2014.

LEREBOURS-PIGEONNIERE, Paul, *La contribution essentielle de R. Saleilles à la théorie générale de l'obligation et à la théorie de la déclaration de volonté*, in **THALLER**, Edmond-Eugène (org.), *L'Oeuvre juridique de Raymond Saleilles*, Paris, Librairie Nouvelle de Droit et de Jurisprudence, 1914, pp. 397-433.

LIMA REGO, Margarida, *A promessa de exoneração de dívida a terceiro. Pretexto para uma reflexão sobre o conceito de prestação*, in **FREITAS**, J. L. et al. (org.), *Estudos em homenagem do Professor Doutor Carlos Ferreira de Almeida*, vol. 2, Coimbra, Almedina, 2011, pp. 681-708.

LOBO, Carlos Augusto da Silveira, **NEY**, Rafael de Moura Rangel, e **PONTE**, Daniel Ferreira da, *Cessão de uma carteira de créditos litigiosos, cessão de crédito, cessão de posição contratual e promessa de liberação*, in *Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais* 63 (2014), pp. 219-236.

LOBO, Jorge, *Da assunção de dívida*, in *Revista do Ministério Público* vol. 4, nº 8 (1998), pp. 189-197.

FILARDI LUIZ, Antônio, *Noções de Direito Romano*, São Paulo, 1982.

LYON-CAEN, Charles, e **RENAULT**, Louis, *Traite de droit commercial*, t. 3, 4ª ed., Paris, Librairie générale de droit & de jurisprudence, 1906.

M

MACHADO, Sérgio J. B. Junqueira, *Da cessão de crédito e da assunção de dívida*, in *Synthesis: direito do trabalho material e processual* 37 (2003), pp. 49-56.

MANCINI, Tommaso. *Espromissione*, in *Digesto IV* 8 (1998), pp. 1-4.

MANUS, Pedro Paulo Teixeira; **ROMAR**, Carla Teresa Martins, *Consolidação das Leis do Trabalho com interpretação jurisprudencial*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2013.

MARKESINIS, Sir Basil, **UNBERATH**, Hannes, e **JOHNSTON**, Angus, *The german law of contract – a comparative treatise*, 2ª ed., Oxford-Portland, Hart, 2006.

- MARKY**, Thomas, *Curso Elementar de Direito Romano*, 8ª ed., São Paulo, Saraiva, 1995.
- MARRONE**, Matteo, *Istituzioni di diritto romano*, 3ª ed., Palermo, Palumbo, 2006.
- MARTINS**, Sérgio Pinto, *Direito do trabalho*, 28ª ed., São Paulo, Atlas, 2012.
- MARTINS-COSTA**, Judith, *Negócio jurídico de assunção de dívida – algumas notas*, in Revista In-pactum 7 (2011), pp. 143-154.
- MARTORANA**, Michele, *La novazione nel diritto civile italiano*, Palermo, Orazio Fiorenza, 1924.
- MATIELLO**, Fabrício Zamprogna, *Código Civil comentado*, 5ª. ed., São Paulo, LTr, 2013.
- MATTOS**, Adriana, *JHSF vende por R\$ 450 milhões ativo negociado com o controlador*, in Valor Econômico, 08-06-2016, p. B5, disponível em <http://www.valor.com.br/empresas/4592889/jhsf-vende-por-r-450-milhoes-ativo-negociado-com-o-controlador> [08-06-2016].
- MEDICUS**, Dieter, *Tratado de las relaciones obligacionales*, vol. 1, trad. Ángel Martínez Sarrión, Barcelona, Bosch, 1995.
- MEIRELLES**, Edilton, *Sucessão trabalhista e assunção da dívida – da solidariedade empresarial*, in Revista LTr ano 60, nº 5 (1996), pp. 615-621.
- MELO**, Leonardo de Campos, *Assunção de dívida*, in Revista Forense 419 (2014), pp. 423-435.
- MENDES**, Evaristo, *A compra e venda como contrato translativo – alguns aspetos*, monografia, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, p. 1-46, disponível em [http://www.evaristomendes.eu/ficheiros/Evaristo_Mendes_Compra_e_venda_civil-Objeto_Transmissao_de_bens_e_direitos_\(1986\).pdf](http://www.evaristomendes.eu/ficheiros/Evaristo_Mendes_Compra_e_venda_civil-Objeto_Transmissao_de_bens_e_direitos_(1986).pdf) [27.07.2017]⁸³³.
- MINISTERE DE LA JUSTICE**, *Rapport au Président de la République relatif à l'ordonnance n° 2016-131 du 10 février 2016 portant réforme du droit des contrats, du régime général et de la preuve des obligations*, in Journal Officiel De La République Française, 11-02-2016, disponível em <https://www.legifrance.gouv.fr/eli/rapport/2016/2/11/JUSC1522466P/jo/texte> [19-12-2017].
- MINISTÉRIO DA FAZENDA**, *Fundo de Compensação de Variações Salariais*, disponível em http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/380517/PFI_texto

⁸³³ Esclarece o autor, na primeira nota de rodapé, que se trata de uma monografia apresentada como requisito para concluir uma matéria de seu mestrado, em 1987, a qual, apesar de enviada para editora, se perdeu e por isso ficou inédita por anos. Decidiu publicá-la em seu site pessoal (citado acima), informando tratar-se da versão publicada. É possível observar que o autor publicou artigo com o mesmo título, e com extensão próxima (42 laudas) na revista “O Direito” 148 (2016-IV), p. 779-821 à qual, entretanto, não tive acesso.

+fcvs+na+internet+p%C3%A1gina+tesouro+abr+2016.pdf/dedafcb2-d8f0-4adb-8a2f - c962682a063d [07-01-2018].

MIRAGEM, Bruno, *Panorama atual pelo atualizador*, in PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti, *Tratado de direito privado – Direito das Obrigações: Mútuo. Mútuo a risco. Contrato de conta corrente. Abertura de crédito. Assinação e Acreditivo. Depósito*, t. XLII, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2012.

MIRANDA, Beatriz Conde, *Assunção de dívida*, in GUSTAVO TEPEDINO (coord.), *Obrigações: estudos na perspectiva civil-constitucional*, Rio de Janeiro, Renovar, 2005, pp. 249-273.

MOMMSEN, Theodorus, e **KRUEGER**, Paulus, *Corpus Iuris Civilis*, vol. 1, 15ª ed., Berlin, Weidmannos, 1928.

MOORE, Benoît, *De La délégation certaine à la délégation incertaine – error communis facit jus et... legem*, in *Revue Juridique Thémis* 38 (2004), pp. 475-485.

MOREIRA ALVES, José Carlos, *Da alienação fiduciária em garantia*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1979.

_____, *Direito Romano*, 15ª ed., Rio Janeiro, Forense, 2012.

_____, *Figuras correlatas – abuso de forma, abuso de direito, dolo, negócios jurídicos simulados, fraude à lei, negócio indireto e dissimulação*, in *Anais do seminário internacional sobre elisão fiscal*, Brasília, ESAF, 2002, pp. 61-77.

_____, *O terrorismo e a violência – responsabilidade civil do Estado*, in *Revista CEJ* 18 (jul/set 2002), pp. 10-15.

MOSCARINI, Lucio V., *Il contratto a favore di terzi: artt. 1411-1413*, 2ª ed., Milano, Giuffrè, 2012.

MUIRHEAD, James, *Historical introduction to the private law of Rome*, 2ª ed., London, Black, 1899.

MUÑOZ, Xavier O’Callaghan, *Compendio de derecho civil*, t. 2, 2ª ed., Madrid, Ramón Areces, 2016.

N

NASCIMENTO NETO, João Evangelista do, *Dos Palcos Ingleses ao Sertão Nordestino – Analogia entre ‘O Auto da Compadecida’ e ‘O Mercador de Veneza’*, in *Anais do SILEL*, vol. 2, nº 2, Uberlândia, EDUFU, 2011, p. 1-9, disponível em

http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/wp-content/uploads/2014/04/silel2011_789.pdf [16-10-2017].

NERY JR., Nelson; **NERY**, Rosa Maria de Andrade, *Código civil comentado*, 6ª ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2008.

NETO, Abílio, e **MARTINS**, Herlânder, *Código civil anotado*, 5ª ed., Lisboa, Livraria Petrony, 1984.

NEUBERGER, David Edmond, *From Barretry, Maintenance and Champerty to Litigation Funding: Harbour Litigation Funding First Annual Lecture*, discurso proferido em Gray's Inn, 08-05-2015, disponível em <https://www.supremecourt.uk/docs/speech-130508.pdf> [18-06-2017].

NEY FERREIRA, José Carlos, *Da assunção de dívidas*, Lourenço Marques, Minerva Central, 1973.

NICOLÒ, Rosario, *L'adempimento dell'obbligo altrui*, Milano, Giuffrè, 1936.

NONATO, Orosimbo, *Curso de Obrigações – Generalidades – Espécies*, vol. 1, Rio de Janeiro, Forense, 1959.

_____, *Curso de Obrigações*, vol. 1, 3ª parte, Rio de Janeiro-São Paulo, Editora Jurídica e Universitária, 1971.

NONATO, Orosimbo, **AZEVEDO**, Philadelpho, e **GUIMARÃES**, Hahnemann, *Anteprojeto de Código de Obrigações (Parte Geral) – Exposição de Motivos*, in *Diário Oficial – Secção I*, de 10-02-1941, pp. 2.652-2.658.

O

OLIVEIRA, Anielle Aparecida Gomes Gonçalves Jacometti de, *Os sufixos agentivos –nte e –(d/t/s)or no português: um estudo semântico-diacrônico*, tese de doutorado, São Paulo, USP, 2014.

OLIVEIRA, Dimas Terra de, *Código civil em poesia e prosa*, vol. 1, São Paulo, Biblioteca24horas, 2011.

OLIVEIRA, James Eduardo, *Código civil anotado e comentado – doutrina e jurisprudência*, Rio de Janeiro, Forense, 2010.

OLIVEIRA, Valdeci Mendes de, *Obrigações e responsabilidade civil aplicadas – doutrina, prática, jurisprudência*, 2ª ed., São Paulo, Edipro, 2002.

P

PACHECO, José da Silva, *Da assunção de dívida perante o novo código civil*, in ADV Advocacia Dinâmica: Informativo Semanal, vol. 24, nº 7, 22-02-2004, pp. 96-94.

PEREIRA, Carlos Frederico Gonçalves, *Cartões de crédito*, in Revista da Ordem dos Advogados 52.2 (1992), pp. 355-416.

PERIÑÁN, Bernardo, *Pomponio y la clasificación de los modos de extinción de las obligaciones*, in *IURA* 52 (2001), pp. 180-225.

PINEAU, Jean; **BURMAN**, Danielle; **GAUDET**, Serge, *Théorie des obligations*, 4ª ed., Montreal, Les Édition Thémis, 2001

PINHO, Leda de, *Enunciado*, in ROSADO DE AGUIAR JR., Ruy (org.), *Jornada de Direito Civil (parte de Direito das Obrigações)*, Brasília, Conselho da Justiça Federal, 2003, pp. 16.

PIRES DE LIMA, **ANTUNES VARELA**, João de Matos, *Código civil anotado*, vol. 1, 4ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 1987.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti, *Comentários ao Código de Processo Civil*, t. IX, Rio de Janeiro-São Paulo, Forense, 1976.

_____, *Fontes e evolução do direito civil brasileiro*, Rio de Janeiro, Pimenta de Mello, 1928.

_____, *Tratado de Direito Privado – Direito das Coisas: Loteamento. Direitos de vizinhança*, t. XIII, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2012.

_____. *Tratado de Direito Privado – Direito das Obrigações: Auto-regramento da vontade e lei. Alteração das relações jurídicas obrigacionais. Transferência de créditos. Assunção de dívida alheia. Transferência da posição subjetiva nos negócios jurídicos*, t. XXIII, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2012.

_____, *Tratado de Direito Privado – Direito das Obrigações: Extinção das dívidas e obrigações. Dação em soluto. Confusão. Remissão de dívidas. Novação. Transação. Outros modos de extinção*, t. XXV, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2012.

_____, *Tratado de direito privado – Direito das Obrigações: Mútuo. Mútuo a risco. Contrato de conta corrente. Abertura de crédito. Assinação e Acreditivo. Depósito*, t. XLII, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2012.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti, **NONATO**, Orosimbo, e **CAMPOS**, Francisco de, *Cessão de Direitos, Mora, Cessão de Dívida, Contrato, Sociedade Mercantil, Doação*, in **TEPEDINO**, Gustavo, e **FACHIN**, Luis Edson (org.), *Doutrinas Essenciais – Obrigações e Contratos*, vol. 2, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2011, pp. 317-366⁸³⁴.

PORTO, Sérgio Gilberto, *Doutrina e prática dos alimentos*, 4ª ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2011.

POSTE, Edward, *Gai Institutiones or Institutes of Roman Law by Gaius*, 4ª ed., Oxford, Clarendon Press, 1904.

Q

QUAGLIARIELLO, Gaetano, *Espromissione*, in *NNDI* 6 (1960), pp. 881-886.

_____, *L'espromissione*, Napoli, Jovene, 1953.

R

REALE, Miguel, *Lições preliminares de Direito*, 27ª ed., São Paulo, Saraiva, 2002.

RESCIGNO, Pietro, *Accollo*, in *NNDI* 1 (1957), pp. 140-144.

_____, *Accollo*, in *Digesto IV* 1 (1987), pp. 40-46.

_____, *Successione nel debito*, in *Digesto IV* 5 (1989), pp. 124-132.

RODRIGUES, Sílvio, *Direito civil*, vol. 2, 23ª ed., São Paulo, Saraiva, 1995.

_____, *Direito civil*, vol. 3, 15ª ed., São Paulo, Saraiva, 1986.

_____, *A projetada reforma do Código Civil*, in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo* 59 (1964), pp. 206-216.

ROLIM, Luiz Antônio, *Instituições de Direito Romano*, 4ª ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2010.

⁸³⁴ Adotou-se uma metodologia particular de citação desse trabalho. Trata-se, em verdade, da reunião de três pareceres independentes e autônomos, cada um para proferido por um desses juristas, todos diante de consulta formulada pela mesma pessoa em uma mesma lide concreta. O artigo publicado nada mais é do que a compilação desses três pareceres. Tendo em vista que é possível identificar com bastante clareza os limites dos pareceres de cada um (**PONTES DE MIRANDA** dá sua opinião entre as pp. 317-333, **FRANCISCO DE CAMPOS** entre as pp. 334-344 e **OROSIMBO NONATO** escreve entre as pp. 344-366), nas citações ao longo da tese atribui-se ao respectivo jurista a autoria da posição.

ROSA, Alcides, *Noções de direito civil: todo o direito civil num só volume*, Rio de Janeiro, ed. Zelio Valverde, s/d.

S

SAILEILLES, Raymond, *De la cession de dettes*, in *Annales de Droit Commercial Français, Étranger et International* 4 (1890), pp. 1-47.

SAMPAIO FERRAZ JR., Tércio, *Introdução ao Estudo do Direito: Técnica, Decisão, Dominação*, 5ª ed., São Paulo, Atlas, 2007.

SANDERS, Thomas Collett, *The Institutes of Justinian – with english introduction, translation, and notes*, London, Longmans, 1874.

SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de, *Programa de Direito Civil – Aulas Proferidas na Faculdade Nacional de Direito [1942-1945] – Parte Geral*, Rio de Janeiro, Rio, 1977.

_____, *Programa de Direito Civil – Aulas Proferidas na Faculdade Nacional de Direito [1943-1945] – Os Contratos*, vol. II, Edição histórica, Rio de Janeiro, Rio, 1978.

SANTOS, Silas Silva, *Da assunção de dívida*, in *Novos Estudos Jurídicos*, vol. 9, nº. 2 (2004), pp. 289-315.

SCHNEIDER, A., e **FICK**, H., *Commentaire du Code Fédéral des Obligations – du 30 Mars 1911*, 1º vol., 4ª ed., trad. fr. de Max-E. PORRET, Neuchatel, Delachaux & Niestlé S.A., 1915.

SEBOK, Anthony J., *The Inauthentic Claim*, in *Vanderbilt Law Review* 64 (2011), p. 1-92, disponível em http://ssrn.com/abstract_id=1593329 [18-06-2017].

SELMÍ, Paula, *Thyssenkrupp fecha acordo para vender CSA para Ternium*, in *Valor Econômico*, 21-02-2017, disponível em <http://www.valor.com.br/empresas/4877232/thyssenkrupp-fecha-acordo-para-vender-csa-para-ternium> [01-01-2018].

SERPA LOPES, Miguel Maria de, *Exceções substanciais – exceção de contrato não cumprido*, Rio de Janeiro-São Paulo, Freitas Bastos, 1959.

SILVA CABRAL, Antônio da, *Evolução histórica do instituto da cessão de contratos*, in *Revista de informação legislativa* 100 (1988), pp. 351-366.

SILVA PEREIRA, Caio Mário da, *Instituições de Direito Civil – Teoria Geral das Obrigações*, vol. 2, 24ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2011.

SILVEIRA MARCHI, Eduardo Cesar, *Guia de Metodologia Jurídica – Teses, Monografias e Artigos*, 3ª ed., São Paulo, YK, 2017.

_____, *Premissas Propedêuticas em Tema de Assunção de Dívida no Direito Romano e no Direito Moderno*, in DE MELLO JORGE SILVEIRA, Renato e GAMA DE MAGALHÃES GOMES, Mariângela (org.), *Estudos em homenagem a Ivette Senise Ferreira*, São Paulo, LiberArs, 2015, pp. 143-150.

SIMÃO, José Fernando, *Justificativa*, in ROSADO DE AGUIAR JR., Ruy (org.), *IV Jornada de Direito Civil*, vol. 1, Brasília, Conselho da Justiça Federal, 2007, pp. 247-249.

SIMÕES, Marcel Edvar, *Transmissão em Direito das Obrigações – Cessão de Crédito, Assunção de Dívida e Sub-Rogação Pessoal*, Dissertação de Mestrado – Faculdade de Direito da USP., São Paulo, 2011.

SOLAR, Luis Claro, *Explicaciones de derecho civil chileno y comparado*, vol. 2, t. 3, Santiago, Editorial Jurídica de Chile, 1992.

SOMBRA, Thiago Luís, *Da Assunção de Dívida – Mazelas do Modelo Proposto pelo Código Civil de 2002*, in *Temas relevantes do direito civil contemporâneo: reflexões sobre os 10 anos do Código Civil*, LOTUFO, Renan, ETTORRE NANNI, Giovanni, RODRIGUES MARTINS, Fernando, (coords.), São Paulo, Atlas, 2012, pp. 201-217.

SOUZA CARVALHO, Theophilo, *A novação em direito romano e em direito civil*, São Paulo, Duprat, 1914.

SOUZA DINIZ, *Código Civil alemão*, Rio de Janeiro, Récord, 1960.

_____, *Código Civil suíço e Código Federal Suíço das Obrigações*, Rio de Janeiro, Record, 1961.

SOUZA NETO, José Soriano de, *Da novação*, 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 1937.

STEINITZ, Maya. *Whose Claim Is This Anyway? Third-Party Litigation Funding*, in *Minnesota Law Review* 95 (2011), p. 1268-1333, disponível em http://www.minnesotalawreview.org/wp-content/uploads/2012/03/Steinitz_PDF.pdf [17-06-2017].

STOLFI, Nicola, *Diritto civile*, vol. 3, Torino, UTET, 1932.

STOLZE GAGLIANO, Pablo, e **PAMPLONA FILHO**, Rodolfo, *Novo Curso de Direito Civil*, vol. 1, 10ª ed., São Paulo, Saraiva, 2008.

_____, *Novo Curso de Direito Civil*, vol. 2, 12ª. ed. São Paulo, Saraiva, 2011.

T

TALAMANCA, Mario, *Istituzioni di diritto romano*, Milano, Giuffrè, 1990.

TARTUCE, Flávio, *Do compromisso de compra e venda de imóvel. Questões polêmicas a partir da teoria do diálogo das fontes*, in *RJLB* 1 (2015), nº 5, pp. 557-592.

_____, *Manual de direito civil: volume único*, 4ª ed., São Paulo, Método, 2014.

TEIXEIRA DE FREITAS, Augusto, *Consolidação das leis civis*, 3ª ed., Rio de Janeiro, Garnier, 1876.

_____, *Esboço*, Rio de Janeiro, Laemmert, 1865.

_____, *Vocabulário Jurídico com Appendices – I – Logás, e Tempo. II – Pessoas. III – Causas. IV - Factos*, Rio de Janeiro, Garnier, 1883.

TEPEDINO, Gustavo, **BARBOZA**, Heloisa Helena, e **BODIN DE MORAES**, Maria Celina, *Código Civil Interpretado*, vol. 1, Rio de Janeiro, Renovar, 2004.

TEPEDINO, Gustavo, e **SCHREIBER**, Anderson, *Código Civil Comentado – Direito das Obrigações – Artigos 233 a 420*, vol. 4, coord. Álvaro Villaça Azevedo, São Paulo, Atlas, 2008.

TESDELL, Edward S., ‘Assumption’ and ‘subject to’ clauses with reference to mortgages, in *The business lawyer* 20.2 (1965), pp. 447-454.

THE NATIONAL PEOPLE’S CONGRESS OF THE PEOPLE’S REPUBLIC OF CHINA, *Translation of the Contract Law of the People's Republic of China*, disponível em http://www.npc.gov.cn/englishnpc/Law/2007-12/11/content_1383564.htm [17/12/2017].

THEODORO JR., Humberto, *Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. IV, Rio de Janeiro, Forense, 1978.

TRABUCCHI, Alberto, *Istituzioni di diritto civile*, 44ª ed., Milano, Cedam, 2009.

TRIMARCHI, Pietro, *Istituzioni di diritto privato*, 9ª ed., Milano, Giuffrè, 1991.

TRIVELLONI, Sabrina, *Accollo*, in *Enc. giur.* (2007), pp. 1-3.

_____, *Delegazione*, in *Enc. giur.* (2007), pp. 1-3.

TROVO, Beatriz Villas Boas Pimentel, *Captação de recursos por empresas em recuperação judicial e Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)*, Tese de Doutorado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2013.

TSAI, John, *Assumption of obligations: third party no more*, in *Louisiana Law Review* 45 (1985), pp. 819-830.

U

UNIDROIT, *UNIDROIT principles of international commercial contracts*, 2016, disponível em <http://www.unidroit.org/english/principles/contracts/principles2016/principles2016-e.pdf> [19-12-2017].

V

VAZ SERRA, Adriano Paes da Silva, *Assunção de dívida (cessão de dívida - sucessão singular na dívida)*, in *Boletim do Ministério da Justiça* 72 (1958), pp. 189-257.

_____, *Expromissão*, in *Boletim do Ministério da Justiça* 72 (janeiro/1958), pp. 77-81.

_____, *Promessa de liberação e contrato a favor do credor*, in *Boletim do Ministério da Justiça* 72 (janeiro/1958), pp. 83-95.

VENOSA, Sílvio de Salvo, *Código Civil interpretado*, São Paulo, Atlas, 2010.

_____, *Código Civil interpretado*, 2ª ed., São Paulo, Atlas, 2011.

VIANA, Rui Geraldo Camargo, *A novação*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1979.

VIÉGAS, Francisco de Assis, *Tutela do consumidor e diferenciação de preços de acordo com a forma de pagamento: comentários ao REsp. 1.479.039/MG*, in *Civilistica.com* 6.1 (2017), p. 1-24, disponível em <http://civilistica.com/wp-content/uploads/2017/08/Vi%C3%A9gas-civilistica.com-a.6.n.1.2017.pdf> [08-11-2017].

VITUCCI, Elio, *Patrimonio*, in *NDI* 9 (1939), pp. 557-559.

VON TUHR, Andreas, *Tratado de las obligaciones*, t. 1, trad. W. ROCES, Madrid, Reus, 1934.

_____, *Tratado de las obligaciones*, t. 2, trad. W. ROCES, Madrid, Reus, 1934.

W

WALD, Arnoldo, *Obrigações e Contratos*, 11ª ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 1994.

_____, *Considerações sobre a assunção de dívida*, in *Revista de direito mercantil, industrial, econômico e financeiro* 24 (1985), pp. 5-12.

WARENDORF, Hans; **THOMAS**, Richard; **CURRY-SUMNER**, Ian, *The civil code of the Netherlands*, The Netherlands, Kluwer Law International BV, 2009.

WESTREICH, Elimelech, *Elements of negotiability in Talmudic and Geonic times*, in *Jewish Law Association Studies* 19 (2009), p. 247-274, disponível em https://www.tau.ac.il/law/members/westreich_elimelech/28Westreich_ElementofnegotiabilityinTalmudictimes_2009.pdf [22-12-2017].

_____, *Elements of negotiability in Jewish Law in Medieval Christian Spain*, in *Theoretical Inquiries in Law* 11 (2010), p. 410-438, disponível em http://www.tau.ac.il/law/members/westreich_elimelech/30Westreich_ElementsofnegotiabilityinChristianSpain_2010.pdf [22-12-2017].

WHEELER, Brannon, *Assingment (Hawāla)*, in *The Oxford International Encyclopedia of Legal History*, vol. 1, New York, Oxford University, 2009, p. 229.

WILDE, Oscar, *Intentions: the decay of lying; pen pencil and poison; the critic as artist; the truth of masks*, New York, Bretano's, 1905.

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION – WIPO, *Translation of the Contract Law Of The People's Republic Of China*, disponível em <http://www.wipo.int/edocs/lexdocs/laws/en/cn/cn137en.pdf> [17/12/2017].

Y

YALMAN, Suzan, *Based on original work by Linda Komaroff. "The Art of the Ilkhanid Period (1256–1353)."*, in *Heilbrunn Timeline of Art History*, New York, The Metropolitan Museum of Art, 10-2000, disponível em http://www.metmuseum.org/toah/hd/ilkh/hd_ilkh.htm [01/01/2018].

YAÑEZ, Gonzalo Figueroa, *La asunción de deudas y la cesión de contrato*, Santiago, Editorial Jurídica de Chile, 1984.

Z

ZEGERS, Juan Carlos Dorr, *De la cesion de deudas y contratos*, in *Revista Chilena de Derecho* 16 (1989), pp. 13-25.

ZHANG, Mo, *Chinese contract Law – Theory and Practice*, Leiden, Martinus Nijhoff Publishers, 2006.

ZIMMERMANN, Reinhard, *The law of obligations: roman foundations of the civilian tradition*, London, Oxford University, 1996.